

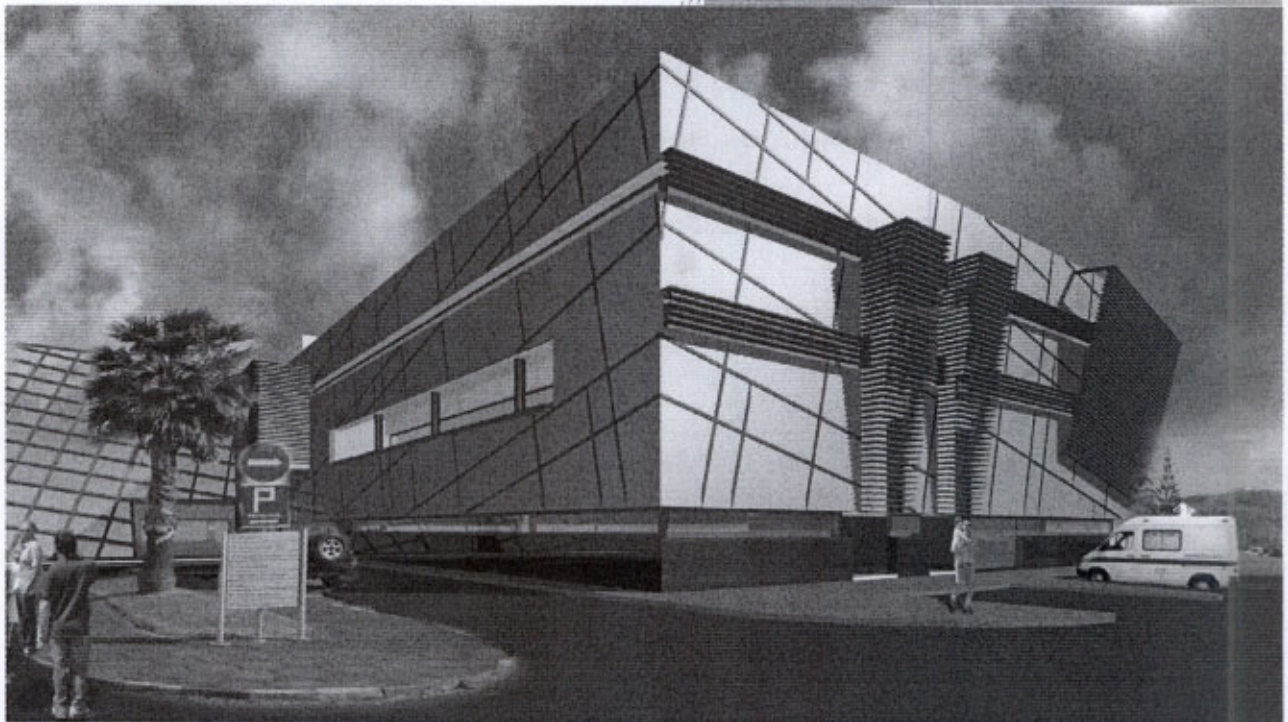


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



2018

# RELATÓRIO E CONTAS



HOSPITAL DA HORTA

21-03-2019



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



## ÍNDICE

<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL.....</b>	<b>6</b>
<b>2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....</b>	<b>7</b>
<b>2.3 ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES DE SAÚDE.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3.1 – Cuidados de Saúde Primários.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3.2 – Cuidados Hospitalares.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3.3 – Cuidados Continuados.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3.4 – Privado.....</b>	<b>10</b>
<b>2.4 MISSÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.5 VISÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.6 VALORES.....</b>	<b>11</b>
<b>3. ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>12</b>
<b>4. ATIVIDADE GLOBAL EM 2018.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1 RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.1 Tipo de vínculo.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.2 Grupos profissionais.....</b>	<b>16</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



4.1.3 Género.....	17
4.1.4 Níveis etários.....	18
4.1.5 Habilitações literárias.....	19
4.2 ATIVIDADE ASSISTENCIAL.....	20
4.2.1 Internamento.....	22
4.2.2 Cirurgia.....	24
4.2.3 Bloco de Partos.....	26
4.2.4 Consulta externa.....	26
4.2.5 Hospital de dia.....	35
4.2.6 Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica.....	36
4.2.7 Deslocação de doentes.....	41
5. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	42
6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	45
7. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO.....	53
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	59
9. INDICADORES DE GESTÃO.....	60
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	63



## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Após mais um ano de atividade apresentam-se os resultados da Instituição, no estrito cumprimento do disposto no nº1 do artigo 11, alínea b) do Decreto Legislativo Regional nº2/2007/A de 24 de Janeiro.

O sector da Saúde, um dos sectores chave na nossa sociedade, sujeito a enorme escrutínio por parte da população, continua a apresentar problemas de financiamento, o que tem conduzido a um enfoque adicional na estrutura de custos da Instituição. No entanto, tem sido a nossa prioridade dar continuidade ao cumprimento da Missão do hospital de prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os utentes, melhorando a capacidade de oferta assistencial diferenciada através do investimento em algumas infraestruturas, bem como à renovação e atualização de alguns equipamentos. Mantivemos também a aposta na remodelação da área das tecnologias de informação, de forma a aumentar a eficiência dos processos na área clínica e administrativa.

Do ponto de vista assistencial, o ano de 2018 foi marcado por um aumento da procura nos cuidados de urgência, no número de consultas realizadas e nas sessões de hospital de dia efetuadas. A cirurgia realizada em regime de ambulatório também cresceu (+5%) face a 2017.

O Conselho de Administração agradece a disponibilidade e empenho de todos os colaboradores no exercício das suas funções que permitiram o cumprimento da grande maioria das metas planeadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



## 2.ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL

O Hospital da Horta integra o sistema hospitalar da Região Autónoma dos Açores que é constituído também pelos hospitais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, articulando-se não só com estas Instituições mas também com os hospitais afetos ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos de protocolos celebrados entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Regional de Saúde, e que permitem assegurar a deslocação de especialistas em valências carenciadas e envio de doentes para serem assistidos em hospitais mais diferenciados.

<b>Total da população residente na area de influência</b>	<b>35.000</b>
<b>Movimento Assistencial</b>	<b>Nº</b>
Lotação sem Berçário	100
Número de Berços	6
Doentes Saidos sem Berçário	3.107
Movimento do Berçário	228
Total de consultas	51.998
Intervenções Cirúrgicas	2.918
Taxa de Ambulatorização	71,60%
Numero de Admissões à Urgência	22.147
Sessões de Hospital de Dia	20.278
<b>Recursos Humanos (efetivos)</b>	<b>482</b>
Contrato por Tempo Indeterminado em F.P.	286
Contrato Individual de Trabalho	182
Outras situações	14
<b>Economico-financeira</b>	<b>€</b>
Total de custos	-30.927.368 €
Total de proveitos	28.629.189 €
Ebitda	245.735 €
Resultado Liquido	-2.298.178 €



## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL

O Hospital da Horta dispõe de uma vasta gama de especialidades médicas organizadas em serviços e unidades funcionais de acordo com o quadro seguinte:

Especialidade/Serviço	
<b>Internamento:</b>	<b>Ambulatório:</b>
Cardiologia	Consulta Externa
Cirurgia Geral	Cirurgia de Ambulatório
Cuidados Paliativos	Hospital de dia :
Dermatologia	Adulto
Estomatologia	Nefrologia
Gastrenterologia	Oncologia
Ginecologia	Pediatria
Hematologia	Aditologia
Hemato-oncologia	Endoscopia
Medicina Interna	<b>Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica:</b>
Nefrologia	Imagiologia
Obstetrícia	Patologia Clínica
Oftalmologia	Cardiopneumologia
ORL	Medicina Física e Reabilitação
Ortopedia	Unidade de Cuidados Intensivos
Pediatria	
Pneumologia	
Psiquiatria	Serviço de Urgência
Urologia	



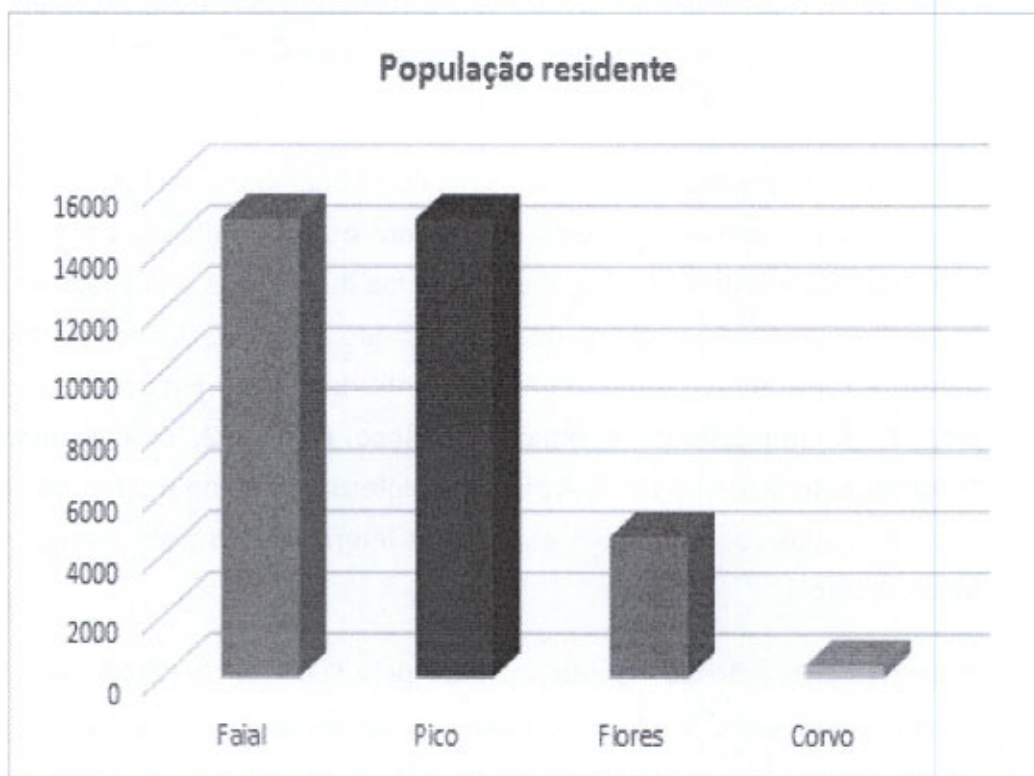
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



São ainda disponibilizadas pelo Hospital, ao abrigo das portarias que regulamentam a deslocação de especialistas, consultas nas valências de cardiologia pediátrica, neuro pediatria e neurologia.

## 2.2) CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUENCIA

A população diretamente servida pelo HH em 2018, totaliza 35.000 habitantes, assim distribuídos:





Após a crise sísmica de 1973, registada nas ilhas do Faial e Pico, os serviços hospitalares funcionavam em situação precária, devido à deterioração do antigo Hospital Walter Bensaúde. O edifício foi mesmo considerado inapto, por não respeitar as condições mínimas de segurança, tendo sido construído um pavilhão para funcionar como instalações provisórias.

Em 1976 deu-se início ao projeto de um edifício, com vista à construção dum novo hospital, dotado de instalações e infraestruturas necessárias; as obras tiveram início em 1980, tendo em 27 de Setembro de 1984, se procedido à transferência de todos os serviços para as atuais instalações. No projeto do novo edifício foram consideradas as necessidades de prestação de cuidados diferenciados às populações do Faial, Pico, Flores e Corvo e eventualmente S. Jorge.

O hospital foi dotado de uma capacidade de 132 camas, no entanto a lotação atual é de 100 camas, as quais se dividem por duas divisões principais: Área Médica e Área Cirúrgica. Dentro destas duas áreas principais, as 100 camas encontram-se distribuídas por cinco espaços físicos distintos: quatro para adultos, nomeadamente o internamento médico no bloco A piso 1, o internamento cirúrgico no bloco A piso 2, o internamento Ortopneumológico no bloco A piso 3 e o internamento da mulher no bloco C piso 2. Acresce ainda um espaço de internamento para crianças no bloco A piso 1.

A empresarialização do hospital operada pelo D.L.R nº 2/2007/A de 24 de Janeiro surgiu como hipótese de mudança no sector permitindo dotá-lo de instrumentos de gestão mais modernos e adequados à sua função, afastando-se de modelos fortemente burocráticos e administrativos e que no futuro visam a sustentabilidade económica e financeira da instituição.

Como referido anteriormente, o Hospital da Horta, EPER é uma unidade de saúde com uma área de influência assistencial de cerca de 35.000 habitantes,





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



provenientes das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, à qual se acrescenta ainda uma área de atratividade potencial de cerca de 10.000 habitantes provenientes da ilha de São Jorge. É também fator relevante a considerar, a população flutuante, em particular os turistas que dependem da prestação desta instituição.

## 2.3 ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES DE SAÚDE

### 2.3.1. Cuidados de saúde primários

O hospital relaciona-se funcionalmente e em termos de complementaridade com os centros de saúde das respetivas áreas geográficas, nomeadamente com a unidade de saúde da ilha do Pico que integra os Centros de Saúde de S. Roque, Madalena e Lajes, a unidade de saúde da ilha das Flores e do Corvo, a unidade de saúde da ilha do Faial que passou a ser a designação do centro de saúde da Horta e mais recentemente com a USI São Jorge em algumas especialidades como Oftalmologia, ORL, Dermatologia, Radiologia e Psiquiatria.

### 2.3.2 Cuidados Hospitalares

O Hospital da Horta integra o sistema hospitalar da Região que é constituído também pelos hospitais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, articulando-se não só com estas Instituições mas também com os hospitais afetos ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos de protocolos celebrados entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Regional de Saúde, e que permitem assegurar a deslocação de especialistas em valências carenciadas e envio de doentes para serem assistidos em hospitais mais diferenciados.

### 2.3.3 Cuidados Continuados

No sentido de proporcionar uma continuidade de tratamentos aos utentes após alta hospitalar, foi criada uma rede regional de cuidados continuados integrados, na qual o hospital referencia utentes para internamento na Santa Casa da Misericórdia da Horta através da Unidade de Saúde da Ilha do Faial.

### 2.3.4 Privado

No sector privado, a oferta de cuidados de saúde passa essencialmente por duas clínicas que oferecem serviços na área da consulta externa em diferentes especialidades e alguns consultórios privados de clínicos gerais.

O sector privado disponibiliza ainda um laboratório de análises clínicas, vários centros de fisioterapia e várias clínicas na área médico-dentária e de estomatologia.

O Hospital da Horta, tem neste momento, convenções estabelecidas com sete clínicas de Medicina Física e Reabilitação, com um clinica de Imagiologia e uma clinica de Procriação Medicamente Assistida.

## 2.4 MISSÃO

O HH tem como missão prestar cuidados de saúde diferenciados de qualidade e de forma segura à população, de acordo com as suas necessidades, com elevados padrões de eficácia, eficiência e a custos comportáveis, assegurando também o melhor desempenho técnico-científico e desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.



## 2.5 VISÃO

A visão do HH persegue uma perspetiva integrada da prestação de cuidados, assentando no seu continuado desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico-científico nas valências que integra, na qualidade da assistência prestada aos utentes e na excelência da gestão clínica, suportados em sistemas de gestão de qualidade certificados, numa lógica de transparência e de responsabilização, de modo a tornar-se uma referência regional e nacional para centros desta dimensão.

## 2.6 VALORES

No desenvolvimento da sua atividade, o HH e os seus colaboradores assumem os seguintes valores:

- a) Uma política e uma intervenção baseadas na igualdade e equidade;
- b) Suporte de relações na boa-fé, na clareza dos processos e procedimentos e na lisura das decisões;
- c) Cumprimento com zelo, eficiência e sentido de missão as atividades que lhe estão confiadas e compromisso no cumprimento dos padrões de qualidade e de segurança, tendo em vista os melhores resultados;
- d) Mantém e cultiva um relacionamento correto e cordial entre os seus colaboradores de modo a desenvolver o espírito de equipa e um forte sentido de coesão e a promoção da solidariedade entre todos;
- e) Excelência técnica, através da promoção de boas práticas profissionais e do seu constante aperfeiçoamento com recurso racional às modernas tecnologias, de acordo com os recursos disponíveis;

*Amor*

### 3. ORGÃOS SOCIAIS

São órgãos do Hospital da Horta, EPER:

- O conselho de administração (CA);
- O fiscal único;
- O conselho consultivo;

O Conselho de Administração tem a composição definida nos Estatutos

Nos termos do art.º 6º dos estatutos constantes do anexo II, do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A de 24 de Janeiro de 2007, o Conselho de Administração é composto pelo Presidente e um máximo de seis Vogais, sendo um deles, obrigatoriamente, o diretor clínico e outro o enfermeiro-diretor.

Conselho de Administração nomeado para o triénio 2016-2019, conforme resolução nº140/2016 de 9 de Agosto de 2016

CARGO	NOME
Presidente	João Luís da Rosa Morais
Diretor Clínico Vogal	Rui Manuel Cabral Suzano
Enfermeiro Diretor Vogal	Maria Ajuda Neves

- **Conselho de Administração**

Competências Próprias – são as previstas no Artigo 7º dos Estatutos que fazem parte do Anexo II, do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A de 24 de Janeiro de 2007.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



- **Fiscal único**

EFFECTIVO

UHY & Associados, SROC Lda.

SUPLENTE

A. Jacinto e Pereira da Silva,

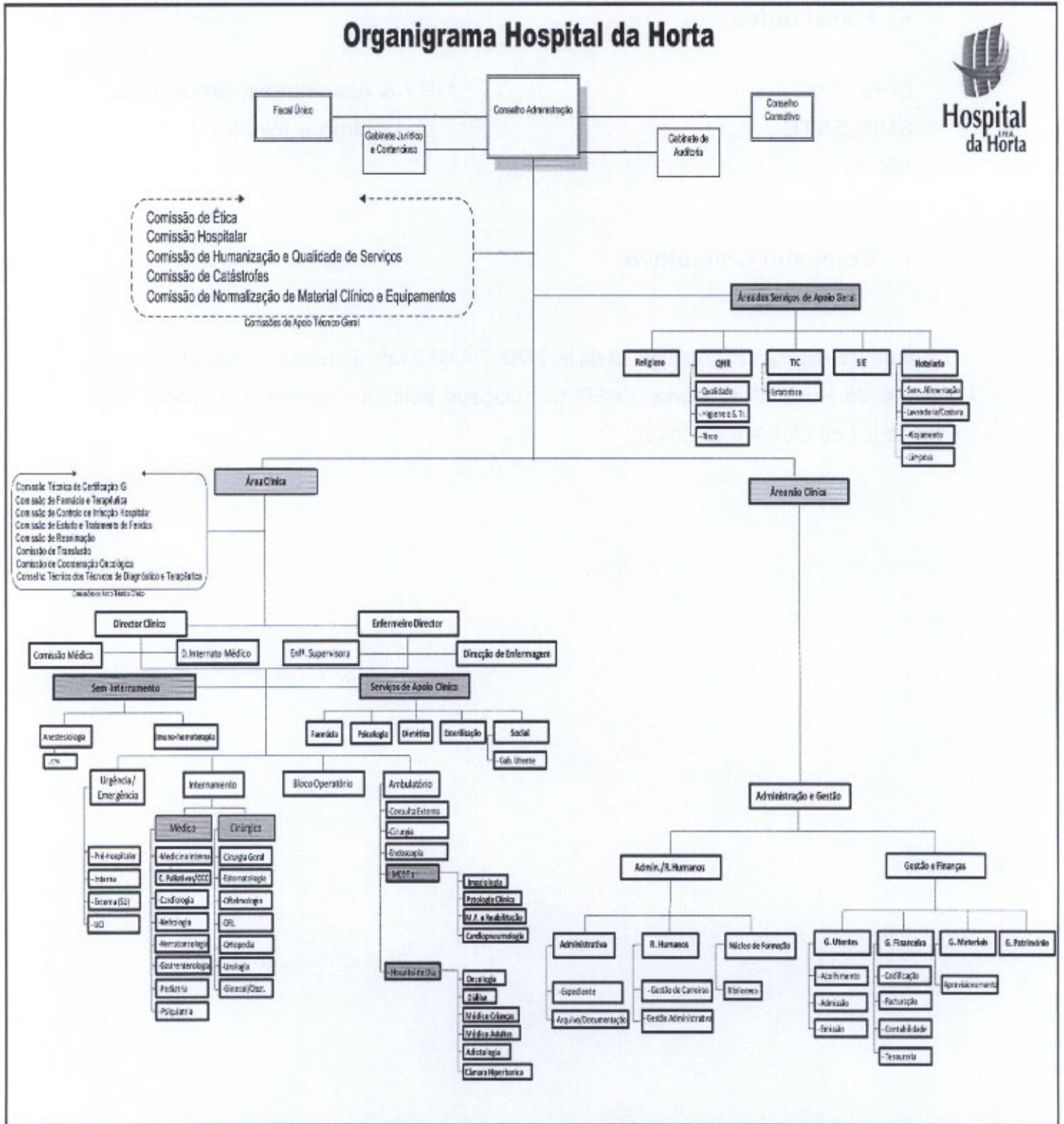
SROC

- **Conselho Consultivo**

Conforme o estipulado no artigo 18 da lei 2/2007/A de 24 de Janeiro e no Regulamento Interno do Hospital da Horta, EPER homologado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde a 1 de Outubro de 2013.



3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





## 4. ATIVIDADE GLOBAL EM 2018

### 4.1 RECURSOS HUMANOS

O ano de 2018 fica marcado por uma redução no número de efetivos do hospital. Esta situação deverá inverter-se em 2019, uma vez que estão previstas várias admissões de pessoal para fazer face à implementação da carga horária das 35 horas no pessoal com contrato individual de trabalho, bem como pela contratação de pessoal médico com o objetivo de reforçar quadros deficitários e com idade média elevada.

#### 4.1.1 – Tipo de vínculo

No quadro seguinte pode-se analisar a composição e evolução dos recursos humanos no Hospital da Horta, adiante designado por HH. Como se pode verificar, em 31 de Dezembro de 2018, trabalhavam no HH, 482 colaboradores efetivos, o que reflete uma diminuição de (-0,6%) face ao número de profissionais que exerciam funções nesta Instituição (485 em 2017).

Dado que a partir do ano de 2007, todas as novas contratações foram efetuadas por Contrato Individual de Trabalho, naturalmente que os colaboradores com contrato de trabalho em Funções Públicas têm vindo a diminuir nestes últimos anos, na sua maior parte devido a processos de aposentação, representando neste momento 59,34% do total de efetivos e em sentido inverso, os colaboradores com contrato individual de trabalho têm vindo a aumentar atingindo agora os 37,76% , enquanto que os outros contratos representam 2,9%.

  
 Anuário

Tipo de Vínculo	2016		2017		2018	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas	299	62,42%	289	59,59%	286	59,34%
Contrato Individual de Trabalho	164	34,24%	170	35,05%	182	37,76%
Contrato a Termo Resolutivo Certo/Incerto	7	1,46%	6	1,24%	14	2,90%
Cedência Interesse Público	6	1,25%	6	1,24%	0	0,00%
Comissão de Serviço	3	0,63%	2	0,41%	0	0,00%
Outros			12	2,47%	0	0,00%
<b>Total Efetivos</b>	<b>479</b>	<b>100%</b>	<b>485</b>	<b>100%</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>
Contrato Prestação de Serviços	14	21,88%	5	13,16%	2	7,14%
Programas ocupacionais/estágios	33	51,56%	20	52,63%	17	60,71%
Internos do Internato Médico	17	26,56%	13	34,21%	9	32,14%
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>543</b>	<b>100%</b>	<b>523</b>	<b>100%</b>	<b>510</b>	<b>100%</b>

#### 4.1.2 – Grupos Profissionais

Através do quadro seguinte, e como é habitual em instituições desta natureza, pode-se verificar que o grupo profissional com maior número de efetivos no HH, são os Assistentes Operacionais (158), seguidos dos Enfermeiros (155) e dos Médicos (41).





  
Anúncio

Grupos Profissionais	2016		2017		%17/16	2018		%18/17
	Qtd.	%	Qtd.	%		Qtd.	%	
Órgãos de Direção	3	0,63%	3	0,62%	0%	3	0,62%	1%
Administrador Hospitalar	1	0,21%	1	0,21%	0%	1	0,21%	1%
Médicos	38	7,92%	38	7,82%	0%	41	8,51%	9%
Enfermeiros	143	29,79%	155	31,89%	8%	155	32,16%	1%
Técnicos Superiores de Saúde	2	0,42%	2	0,41%	0%	1	0,21%	-50%
Técnicos Superiores	18	3,75%	18	3,70%	0%	17	3,53%	-5%
Docentes	1	0,21%	1	0,21%	0%	1	0,21%	1%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	36	7,50%	35	7,20%	-3%	38	7,88%	9%
Informática	6	1,25%	6	1,23%	0%	5	1,04%	-16%
Assistentes Técnicos	62	12,92%	64	13,17%	3%	61	12,66%	-4%
Assistentes Operacionais	169	35,21%	162	33,33%	-4%	158	32,78%	-2%
Capelão	1	0,21%	1	0,21%	0%	1	0,21%	1%
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>100%</b>	<b>486</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

#### 4.1.3 – Género

Como se pode concluir pelo quadro abaixo, no HH o género feminino prevalece com 386 colaboradoras, o que representa 78% do total de trabalhadores. Esta prevalência faz-se sentir em todos os grupos profissionais à exceção dos órgãos de direção e administração.

Grupos Profissionais	Género	
	Feminino	Masculino
Orgãos de Direção	1	2
Administrador Hospitalar	0	1
Médicos	23	18
Enfermeiros	133	22
Técnicos Superiores de Saúde	1	0
Técnicos Superiores	14	3
Docentes	1	0
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	31	7
Informática	3	2
Assistentes Técnicos	55	6
Assistentes Operacionais	118	40
Capelão	0	1
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>102</b>

#### 4.1.4 – Níveis Etários

No que concerne à distribuição por faixas etárias, pode-se verificar que a faixa etária com maior expressão no HH é a compreendida entre os 31 e os 35 anos com 15,56%, seguida da faixa etária entre os 41 e os 45 anos com 14,73%. De referir ainda que, 187 colaboradores têm idade inferior a 40 anos, o que representa 38% do total de efetivos.



2017			2018		
Faixas Etárias	Qtd.	%	Faixas Etárias	Qtd.	%
<21	0	0,00%	<21	0	0,00%
21-25	13	2,68%	21-25	0	0,00%
26-30	40	8,25%	26-30	40	8,30%
31-35	81	16,70%	31-35	75	15,56%
36-40	64	13,20%	36-40	63	13,07%
41-45	68	14,02%	41-45	71	14,73%
46-50	53	10,93%	46-50	58	12,03%
51-55	75	15,46%	51-55	73	15,15%
56-60	59	12,16%	56-60	66	13,69%
61-65	27	5,57%	61-65	29	6,02%
>65	5	1,03%	>65	7	1,45%
<b>Total</b>	<b>485</b>		<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>

#### 4.1.5 – Habilitações Literárias

Os níveis habilitacionais dos colaboradores do HH são elevados. Como se pode verificar no quadro seguinte, 56,21% dos trabalhadores possuem grau académico superior, o que se deve à complexidade e especificidade da área de atuação deste tipo de instituições.

2017			2018		
Nível habilitacional	Qtd.	%	Nível habilitacional	Qtd.	%
4º ano	47	9,69%	4º ano	43	8,92%
6º ano ou equivalente	62	12,78%	6º ano ou equivalente	60	12,45%
9º ano ou equivalente	46	9,48%	9º ano ou equivalente	39	8,09%
11º ano	12	2,47%	11º ano	11	2,28%
12º ano ou equivalente	56	11,55%	12º ano ou equivalente	62	12,86%
Bacharelato	16	3,30%	Bacharelato	8	1,66%
Licenciatura	240	49,48%	Licenciatura	252	52,28%
Pós-Graduação	1	0,21%	Pós-Graduação	0	0,00%
Mestrado	4	0,82%	Mestrado	6	1,24%
Doutoramento	1	0,21%	Doutoramento	1	0,21%
<b>Total</b>	<b>485</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>100%</b>



#### 4.2 MOVIMENTO ASSISTENCIAL

Do ponto de vista assistencial, o ano de 2018, foi marcado por um aumento na procura de cuidados na consulta, urgência e hospital de dia. Inversamente assistimos a um ligeiro decréscimo no internamento e atividade cirúrgica.

##### Produção Global

Linha de Produção	Indicador	2016	2017	Var. 2017/2016		2018	Var. 2018/2017	
				Abs	%		Abs	%
Internamento (1)	Lotação (s/ berçário e SO)	116	100	-16	-14%	100	0	0%
	N.º Doentes Saídos (2)	3.087	3.124	37	1%	3.107	-17	-1%
	N.º Doentes Saídos (3)	3.319	3.355	36	1%	3.335	-20	-1%
	Dias de Internamento (2)	20.237	21.041	804	4%	20.184	-857	-4%
Consulta Externa	Primeiras	15.431	15.849	418	3%	16.781	932	6%
	Subsequentes	32.064	34.204	2.140	7%	35.217	1.013	3%
	Total de Consultas	47.495	50.053	2.558	5%	51.998	1.945	4%
Hospital de Dia	Sessões	18.488	19.149	661	4%	20.278	1.129	6%
	Doentes Tratados	1.878	1.695	-183	-10%	722	-973	-57%
Intervenções Cirúrgicas	Convencional	921	973	52	6%	951	-22	-2%
	Ambulatória	1.377	1.442	65	5%	1.509	67	5%
	SIGIC	0	5	5	100%	0	-5	-100%
	Total Programada	2.298	2.415	117	5%	2.460	45	2%
	Urgente	386	506	120	31%	458	-48	-9%
	Total	2.684	2.926	242	9%	2.918	-8	0%
Número de Urgências	21.343	21.571	228	1%	22.147	576	3%	

(1) Trata-se dos doentes saídos do hospital e não do total dos doentes saídos por serviço. Não estão contabilizadas as transferências entre serviços.

(2) Não inclui os doentes saídos pelo Berçário.

(3) Inclui os doentes saídos pelo Berçário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*Handwritten signature*  
Aurora

Analisando-se primeiramente a informação respeitante às linhas de produção no internamento, podemos verificar que no ano de 2018, houve uma ligeira redução nos doentes saídos (-1%) incluindo já o movimento ocorrido no berçário. Relativamente ao número total de dias de internamento, deparamo-nos também com uma descida de (-4%), face a 2017.

Na consulta externa, o total de consultas médicas efetuadas em 2018 ascendeu a 51.998, o que representa um aumento de (+4%) relativamente a 2017. Em termos de primeiras consultas, foram efetuadas (+932) do que no ano anterior, enquanto nas consultas subsequentes a variação foi de (+1.013). Em termos globais, o crescimento ocorrido na atividade da consulta externa resulta da continuidade no investimento que o hospital tem efetuado não só, na contratação de mais médicos especialistas, como também na estabilização dos quadros médicos já existentes nas especialidades de Ortopedia, Medicina Interna e Fisiatria.

O hospital de dia verificou este ano um ligeiro aumento no número de sessões realizadas (+6%), inversamente o número de doentes tratados diminuiu (-57%), devido a uma alteração administrativa no regime de altas, nomeadamente apenas é atribuída alta ao utente no final do ciclo de tratamentos e não por sessão.

No respeitante à atividade cirúrgica no hospital, constata-se uma ligeira descida na globalidade (-8 cirurgias), consequência da diminuição verificada na cirurgia urgente.

Por fim, na urgência foi registado um aumento no número de admissões face a 2017, em (+3%).



#### 4.2.1 - Internamento

No quadro seguinte podemos aferir da atividade no internamento em termos do número de doentes saídos, nº de dias de internamento e demora média.

##### Produção no Internamento por Serviço

Serviços	N.º de Doentes Saídos do Serviço*					N.º de Dias de Internamento					Demora Média				
	2016	2017	%	2018	%	2016	2017	%	2018	%	2016	2017	%	2018	%
Cardiologia	83	75	-10%	101	35%	391	342	-30%	430	70%	4,71	3,23	-32%	4,26	32%
Cirurgia Geral	487	447	-8%	481	8%	3.431	3545	3%	3108	-12%	7,05	7,93	13%	6,46	-19%
Cuidados Paliativos	-	10	100%	0	-100%	-	95	100%	0	-100%	-	9,50	100%	0,00	-100%
Estomatologia	3	3	0%	4	33%	8	5	-38%	13	160%	2,67	1,67	-38%	3,25	95%
Gastroenterologia	187	127	-32%	173	36%	909	702	-23%	727	4%	4,86	5,53	14%	4,20	-24%
Ginecologia	59	98	66%	82	-16%	256	446	74%	383	-14%	4,34	4,55	5%	4,67	3%
Hematologia	9	1	-89%	2	100%	122	8	-93%	21	163%	13,56	8,00	-41%	10,50	31%
Hemato-oncologia	64	10	-84%	63	530%	989	86	-91%	720	718%	15,45	8,80	-43%	11,43	30%
Medicina Hiperbárica	1	0	-100%	0	0%	1	0	-100%	0	0%	1,00	0,00	-100%	0,00	0%
Medicina Interna	666	736	11%	664	-10%	5.329	6577	23%	5669	-14%	8,00	8,94	12%	8,54	-4%
Medicina Interna II (Pico)	376	449	19%	420	-6%	1.481	1840	24%	2011	9%	3,94	4,10	4%	4,75	17%
Nefrologia	51	65	27%	64	-2%	349	555	59%	422	-24%	6,84	8,54	25%	6,59	-23%
Obstetrícia	353	358	1%	365	2%	1.482	1329	-10%	1395	5%	4,20	3,71	-12%	3,82	3%
Oftalmologia	19	12	-37%	8	-33%	59	79	34%	26	-67%	3,11	6,58	112%	3,25	-51%
Ortopedia	375	383	2%	399	4%	2.914	2953	1%	2993	-2%	7,77	7,71	-1%	7,25	-6%
Otorrinolaringologia	125	109	-13%	82	-25%	391	389	-6%	301	-18%	3,13	3,39	8%	3,67	8%
Pediatria	289	273	-6%	257	-5%	905	779	-14%	784	1%	3,13	2,85	-9%	3,05	7%
Pneumologia	0	0	0%	1	100%	0	0	0%	1	100%	0,00	0,00	0%	1,00	100%
Psiquiatria	34	24	-29%	25	4%	292	154	-47%	154	0%	6,59	6,42	-25%	6,16	-4%
UCI	77	71	-8%	84	18%	441	390	-12%	344	-12%	5,73	5,49	-4%	4,30	-25%
Urologia	124	211	70%	189	-10%	487	885	82%	782	-12%	3,93	4,19	7%	4,34	-1%
<b>Total Doentes Saídos do Hospital**</b>	<b>3087</b>	<b>3124</b>	<b>1%</b>	<b>3107</b>	<b>-1%</b>	<b>20.237</b>	<b>21.041</b>	<b>4%</b>	<b>20184</b>	<b>-4%</b>	<b>6,56</b>	<b>6,74</b>	<b>3%</b>	<b>6,50</b>	<b>-4%</b>
Berçário	232	231	0%	228	-1%	853	845	-1%	888	5%	3,68	3,66	-1%	3,89	6%

\* Inclui as transferências de doentes entre serviços.

\*\* Não inclui transferências internas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Em 2018, o número de doentes saídos do internamento, como já referido anteriormente desceu em (-1%) comparativamente a 2017. Na sua grande maioria trataram-se de doentes do foro da Medicina Interna, tipicamente com patologias múltiplas, provavelmente relacionadas com o envelhecimento da população e uma degradação do ambiente socioeconómico com reflexos no seu estado de saúde.

Ainda na tabela anterior, podemos analisar a produção do internamento por serviço. As especialidades que apresentaram o maior número de doentes internados para além da já referida Medicina Interna foram a Cirurgia Geral e a Ortopedia. Inversamente a Pneumologia, a Estomatologia e a Hematologia são as especialidades que menos concorrem para o movimento de doentes internados no hospital.

Analisando a variação do número de doentes saídos dentro de cada especialidade, verifica-se que a Hemato-oncologia e a Gastro são as que mais crescem e que em sentido inverso, as especialidades que registaram maior diminuição de atividade este ano, são a Oftalmologia e a Ginecologia.

Relativamente à demora média anual, esta diminuiu para os 6,50 dias, o que representa uma redução de (-4%) face a 2017. As razões desta variação devem-se ao crescimento das intervenções cirúrgicas em regime ambulatorio nas especialidades de Cirurgia geral e Oftalmologia.

Os serviços que apresentam maior demora média são a Hemato-oncologia com 11,43 dias e a Medicina Interna com 8,54 dias. Relativamente aos serviços cujos doentes permanecem menos tempo internados, temos a Estomatologia e a Pediatria com 3,25 e 3,05 dias respetivamente.



#### 4.2.2 - Cirurgia

Na tabela seguinte podemos analisar a variação ocorrida na atividade cirúrgica realizada no HH em 2018. Como se constata, face ao período homólogo registou-se uma ligeira redução, tendo sido realizados menos 8 cirurgias, num total de 2918 doentes intervencionados.

#### Atividade Cirurgica Bloco Operatorio + UCA

Tipo de Cirurgia	Serviço	2016	2017	Var.17/16		2018	Var.18/17	
				Abs.	%		Abs.	%
Convencional	Cirurgia Geral	214	220	6	3%	186	-34	-15%
	Dermatologia	0	1	1	0%	1	0	0%
	Estomatologia	1	2	1	100%	2	0	0%
	Gastroenterologia	3	3	0	0%	2	-1	-33%
	Ginecologia/Obstetricia	75	98	23	31%	67	-31	-32%
	Oftalmologia	25	23	-2	-8%	11	-12	-52%
	ORL	287	275	-12	-4%	323	48	17%
	Ortopedia	230	220	-10	-4%	243	23	10%
	Urologia	86	131	45	52%	116	-15	-11%
	<b>Total Convencional</b>	<b>921</b>	<b>973</b>	<b>52</b>	<b>6%</b>	<b>951</b>	<b>-22</b>	<b>-2%</b>
Ambulatória	Cirurgia Geral	191	212	21	11%	181	-31	-15%
	Dermatologia	0	2	2	0%	0	-2	-100%
	Estomatologia	9	4	-5	-56%	10	6	150%
	Ginecologia/Obstetricia	70	39	-31	-44%	58	19	49%
	Oftalmologia	401	439	38	9%	433	-6	-1%
	ORL	61	68	7	11%	78	10	15%
	Ortopedia	56	90	34	61%	117	27	30%
	Urologia	58	49	-9	-16%	62	13	27%
	<b>Total Ambulatória</b>	<b>846</b>	<b>903</b>	<b>57</b>	<b>7%</b>	<b>939</b>	<b>36</b>	<b>4%</b>
SIGIC	Ortopedia	0	5	5	0%	0	-5	-100%
Urgente		386	506	120	31%	458	-48	-9%
Pequena Cirurgia (UCA)		531	539	8	2%	570	31	6%
<b>Total</b>		<b>2.684</b>	<b>2.926</b>	<b>242</b>	<b>9%</b>	<b>2.918</b>	<b>-8</b>	<b>0%</b>





A cirurgia convencional teve um decréscimo de (-2%). Para esta variação contribuíram maioritariamente a Cirurgia Geral e a Ginecologia com (-34) e (-31) cirurgias realizadas respetivamente. Em sentido inverso, a ORL teve a maior subida com (+48) cirurgias efetuadas.

Em termos de cirurgia ambulatória, verificou-se um aumento de (+4%) na produção realizada. Analisando por especialidades, a Ortopedia com (+27) e a Ginecologia/Obstetrícia com (+19) cirurgias realizadas, tiveram os melhores desempenhos. Por outro lado, a Cirurgia Geral viu a sua atividade reduzida em (-31) cirurgias.

Na atividade cirúrgica urgente, foram efetuadas menos 48 intervenções do que em 2017, contrariando a tendência verificada nos últimos anos.

De referir, por fim, que a pequena cirurgia efetuada na UCA teve um ligeiro aumento de (+6%), tendo sido efetuadas um total de 570 cirurgias (+31) do que no ano anterior.

No quadro seguinte, podemos avaliar a lista de espera para a realização de cirurgias por especialidade e por origem do utente. Como podemos verificar a Ortopedia e a Cirurgia Geral são as especialidades que apresentam maior lista de nº de utentes em espera com 674 e 207.

#### Lista de espera Intervenções Cirúrgicas 2018

	Faial	Pico	Flores	Corvo	São Jorge	Outros	Total
Cirurgia Geral	72	80	12		10		174
Dermatologia	1						1
Ginecologia	1	1					2
Ginecologia/Obstetrícia	7	5			1		13
Obstetrícia							
Oftalmologia	53	48	3	3	25	1	133
ORL	22	14	4		2	2	44
Ortopedia	204	241	40	3	83	9	580
Urologia	1						1
<b>Total</b>							<b>948</b>



#### 4.2.3 - Bloco de Partos

A atividade assistencial ao nível do Bloco de Partos cresceu em 2018, (+7%) como se pode verificar no quadro abaixo. A taxa de cesarianas baixou relativamente ao ano anterior, tendo sido realizados 63 partos (66 em 2017).

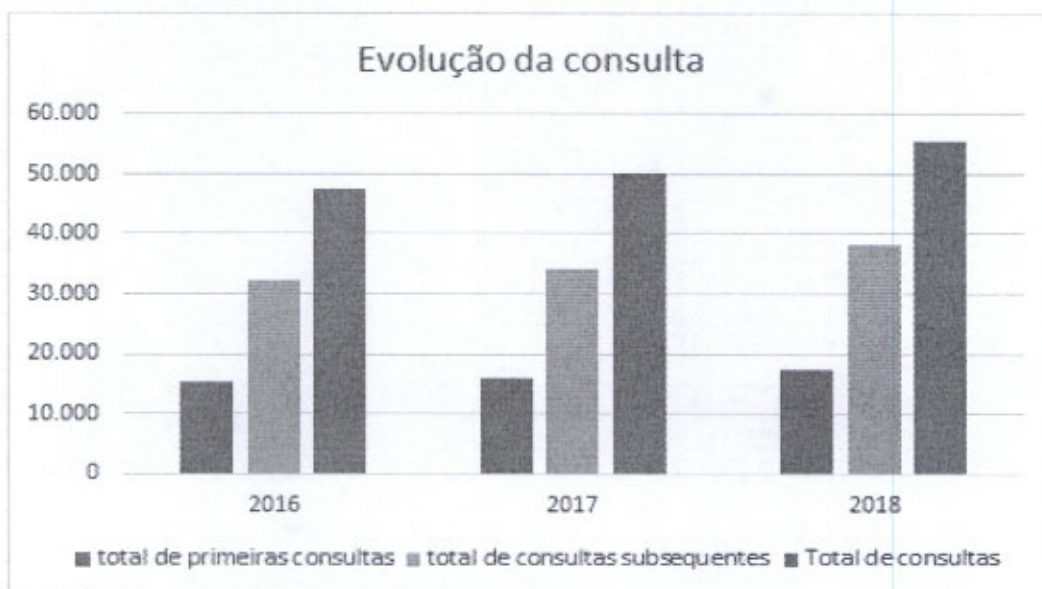
#### Partos

Linha de Produção	Indicador	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
				Abs.	%		Abs.	%
Partos	Partos Eutócicos	151	145	-6	-4%	150	5	3%
	Partos Distócicos	81	85	4	5%	31	-54	-64%
	Cesarianas	69	66	-3	-4%	63	-3	-5%
	Outros	12	19	7	58%	1	-18	-95%
	<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>230</b>	<b>-2</b>	<b>-1%</b>	<b>245</b>	<b>15</b>	<b>7%</b>
	<b>% Cesarianas</b>	<b>29,74%</b>	<b>28,70%</b>	<b>-1,05%</b>	<b>-4%</b>	<b>25,71%</b>	<b>-2,98%</b>	<b>-10%</b>



#### 4.2.4 - Consulta Externa

Como se pode constatar pelo gráfico apresentado abaixo, a atividade assistencial na consulta externa em 2018, cresceu ligeiramente quando comparada com o período homólogo.



No próximo quadro podemos ler a variação no número de primeiras consultas médicas das diferentes especialidades que o hospital oferece.

Note-se que no quadro são incluídas consultas de especialidades provenientes do exterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*  
A. Silva

Nº Primeiras Consultas Médicas por Serviço

Especialidade	2016	2017	Var. 2017/2016		2018	Var. 2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Anestesiologia Não Presencial	0	153	153	100%	117	-36	-24%
Anestesiologia	946	715	-231	-24%	818	103	14%
Cardiologia	570	592	22	4%	598	6	1%
Cardiologia Pediátrica	139	147	8	6%	172	25	17%
Cessação Tabágica	11	21	10	91%	24	3	14%
Cirurgia Geral	814	756	-58	-7%	643	-113	-15%
Cirurgia (Cirurgia Ambulatória)	175	239	64	37%	125	-114	-48%
Cirurgia Ambulatória Urologia					1	1	100%
Consulta Prévia IVG	31	34	3	10%	27	-7	-21%
Consulta Aminocentese					25	25	100%
Decisão Terapêutica	63	73	10	16%	84	11	15%
Dermatologia	620	1285	665	107%	892	-393	-31%
Diabetes/Gravidez	78	75	-3	-4%	77	2	3%
Dor	44	60	16	36%	38	-22	-37%
Estomatologia	490	530	40	8%	558	28	5%
Fisiatria	454	636	182	40%	1385	749	118%
Gastroenterologia	1122	817	-305	-27%	881	64	8%
Ginecologia	534	476	-58	-11%	586	110	23%
Hematologia	73	92	19	26%	103	11	12%
HematologiaOncologia					125	125	100%
Imuno Alergologia	150	136	-14	-9%	204	68	50%
Imunohemoterapia	84	61	-23	-27%	101	40	66%
Medicina Autoimunes					51	51	100%
Medicina do Trabalho	15	12	-3	-20%	440	428	3567%
Medicina Interna	663	722	59	9%	670	-52	-7%
Medicina/Diabetes	130	99	-31	-24%	118	19	19%
Medicina/Hiperbárica	1	33	32	3200%	25	-8	-24%
Nefrologia	61	89	28	46%	103	14	16%
Neurologia	152	138	-14	-9%	78	-60	-43%
Neuropediatria	14	33	19	136%	37	4	12%
Obesidade	29	24	-5	-17%	40	16	67%
Obstetrícia	343	333	-10	-3%	292	-41	-12%
Oftalmologia	1916	1662	-254	-13%	1638	-24	-1%
Oncologia	73	101	28	38%	107	6	6%
ORL	1747	1595	-152	-9%	1146	-449	-28%
ORL/Vertigens	151	139	-12	-8%	154	15	11%
Ortopedia	1.544	1496	-48	-3%	1496	0	0%
Pé Diabético	44	31	-13	-30%	5	-26	-84%
Pediatria	428	462	34	8%	464	2	0%
Pensos/Tratamentos		3	3	100%	157	154	5133%
Planeamento Familiar	130	164	34	26%	221	57	35%
Pl. Familiar/Adolescentes	19	18	-1	-5%		-18	-100%
Pneumologia	94	152	58	62%	192	40	26%
Psiquiatria	438	461	23	5%	405	-56	-12%
Psiquiatria/Aditologia	39	54	15	38%	32	-22	-41%
Revisão de Parto	0	1	1	100%	68	67	6700%
Senologia	45	50	5	11%	65	15	30%
Urologia	466	490	24	5%	516	26	5%
Ventilação Não Invasiva (Pneum.)	16	114	98	613%	153	39	34%
<b>Total</b>	<b>14956</b>	<b>15374</b>	<b>418</b>	<b>3%</b>	<b>16257</b>	<b>883</b>	<b>6%</b>



Como se pode constatar, o hospital em 2018 teve mais 883 (+6%) primeiras consultas médicas realizadas.

No que se refere à evolução por especialidade, destaca-se a evolução positiva nas primeiras consultas de Fisiatria (+ 749 consultas realizadas), Medicina no Trabalho (+ 428 consultas realizadas) e Ginecologia (+ 110 consultas realizadas). Estes aumentos resultam da reconstituição das equipas médicas existentes, suprimindo deste modo necessidades previamente identificadas.

No sentido oposto, as especialidades que apresentam uma maior variação negativa em termos de primeiras consultas médicas realizadas foram a Otorrino (-449 consultas realizadas), a Dermatologia (-393 consultas realizadas).

#### Nº Primeiras Consultas Não Médicas

Especialidade	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Dietética	198	195	-3	-2%	219	24	12%
Dietética/Diabetes Gravidez	81	70	-11	-14%	69	-1	-1%
Dietética Estomaterapia					6	6	100%
Obesidade/Dietética	28	25	-3	-11%	40	15	60%
Obesidade/Psicologia	25	22	-3	-12%	34	12	55%
Psicologia	108	116	8	7%	129	13	11%
Psicologia/Auditologia	35	47	12	34%	27	-20	-43%
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>475</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>524</b>	<b>49</b>	<b>10%</b>

Relativamente ao número de primeiras consultas não médicas, verificou-se um aumento de 49 consultas, destacando-se a Dietética com mais 24 consultas realizadas em 2018.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*  
A. Moura

Nº de Consultas Médicas Subsequentes

Especialidade	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Anestesiologia Não Presencial		2	2	100%	5	3	150%
Anestesiologia	44	26	-18	-41%	42	16	62%
Cardiologia	1340	1385	45	3%	1204	-181	-13%
Cardiologia Pediátrica	81	77	-4	-5%	108	31	40%
Cessação Tabágica	12	34	22	183%	42	8	24%
Cirurgia Geral	708	830	122	17%	716	-114	-14%
Cirurgia (Cirurgia Ambulatória)	320	552	232	73%	302	-250	-45%
Consulta Prévia IVG	14	59	45	321%	59	0	0%
Decisão Terapêutica	8	3	-5	-63%	27	24	800%
Dermatologia	310	580	270	87%	558	-22	-4%
Diabetes/Gravidez	414	388	-26	-6%	305	-83	-21%
Dor	138	153	15	11%	139	-14	-9%
Estomatologia	1027	989	-38	-4%	871	-118	-12%
Estomatologia Cirurgia Ambulatório					3	3	100%
Fisiatria	1033	897	-136	-13%	922	25	3%
Gastrenterologia	655	1008	353	54%	1789	781	77%
Ginecologia	289	411	122	42%	571	160	39%
Hematologia	390	260	-130	-33%	430	170	65%
Hematologia oncologia					246	246	100%
Imuno Alergologia	380	469	89	23%	472	3	1%
Imunohemoterapia	887	809	-78	-9%	861	52	6%
Medicina Autolmunes					20	20	100%
Medicina do Trabalho	16	1	-15	-94%		-1	-100%
Medicina Interna	1327	1460	133	10%	1562	102	7%
Medicina/Diabetes	943	1019	76	8%	889	-130	-13%
Medicina/Hiperbárica	3	17	14	467%	15	-2	-12%
Nefrologia	551	688	137	25%	774	86	13%
Neurologia	260	178	-82	-32%	195	17	10%
Neuropediatria	90	92	2	2%	122	30	33%
Obesidade	121	133	12	10%	177	44	33%
Obstetrícia	1964	1834	-130	-7%	1839	5	0%
Oftalmologia	1685	1658	-27	-2%	1760	102	6%
Oncologia	2427	1724	-703	-29%	1446	-278	-16%
ORL	1833	1945	112	6%	2030	85	4%
ORL/Vertigens	196	258	62	32%	239	-19	-7%
Ortopedia	1452	1648	196	13%	1813	165	10%
Ortopedia Cirurgia Ambulatório					1	1	100%
Pé Diabético	318	190	-128	-40%	40	-150	-79%
Pediatria	1894	2184	290	15%	2240	56	3%
Pensos/Tratamentos	0	436	436	100%	1386	950	218%
Planeamento Familiar	1294	1131	-163	-13%	587	-544	-48%
Pl. Familiar/Adolescentes	3	2	-1	-33%		-2	-100%
Pneumologia	68	230	162	238%	342	112	49%
Psiquiatria	2688	2919	231	9%	2782	-137	-5%
Psiquiatria/Auditologia	446	410	-36	-8%	390	-20	-5%
Revisão de Parto	189	216	27	14%	34	-182	-84%
Senologia	47	58	11	23%	72	14	24%
Urologia	1155	1651	496	43%	1569	-82	-5%
Urologia Cirurgia Ambulatório					7	7	100%
Ventilação Não Invasiva (Pneum.)	18	120	102	567%	165	45	38%
<b>Total</b>	<b>29038</b>	<b>31134</b>	<b>2.096</b>	<b>7,22%</b>	<b>32168</b>	<b>1.034</b>	<b>3,32%</b>



No que respeita às consultas médicas subsequentes, verificamos que em 2018 foram realizadas mais 1034 consultas, o que corresponde a uma variação de (+3,32%) face a 2017. Contribuíram para este aumento as especialidades de Gastro (+781 consultas), Hematologia Oncologia (+246 consultas) e Ortopedia (+165 consultas).

Em sentido inverso, a Oncologia (-278 consultas) e a Cardiologia (-181 consultas) registaram um decréscimo de atividade em termos de consultas médicas subsequentes bastante significativas.

#### Nº Consultas Subsequentes Não Médicas

Especialidade	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Dietética	842	818	-24	-3%	780	-38	-5%
Dietética/Diabetes Gravidez	46	25	-21	-46%	53	28	112%
Dietética/estomaterapia					2	2	100%
Obesidade/Dietética	163	166	3	2%	184	18	11%
Obesidade/Psicologia	55	42	-13	-24%	36	-6	-14%
Psicologia	1122	1206	84	7%	1099	-107	-9%
Psicologia/Auditologia	798	813	15	2%	895	82	10%
<b>Total</b>	<b>3026</b>	<b>3070</b>	<b>44</b>	<b>1%</b>	<b>3049</b>	<b>-21</b>	<b>-1%</b>

Nas consultas não médicas subsequentes, registou-se uma ligeira redução de (-1%) em 2018, em grande parte devido á produção da Psicologia que teve menos 107 consultas do que em 2017.

No próximo quadro, apresentamos um resumo da atividade ocorrida na consulta externa.

  
 A. M. M.

### Resumo da atividade na consulta externa

Atividade	2016	2017	Var. 2017/2016		2018	Var. 2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Total de 1 <sup>as</sup> consultas médicas	14.956	15.374	418	2,79%	16.781	1.407	9,15%
Total de consultas médicas subsequentes	29.030	31.134	2.104	7,25%	35.217	4.083	13,11%
<b>Total de consultas médicas</b>	<b>43.986</b>	<b>46.508</b>	<b>2.522</b>	<b>5,73%</b>	<b>51.998</b>	<b>5.490</b>	<b>11,80%</b>
% de 1 <sup>as</sup> consultas no total	34,00%	33,06%	0	-2,78%	32,27%	0	-2,37%
Total de 1 <sup>as</sup> consultas não médicas	475	475	0	0,00%	524	49	10,32%
Total de consultas não médicas subsequentes	3.026	3.070	44	1,45%	3.049	-21	-0,68%
<b>Total de consultas não médicas</b>	<b>3.501</b>	<b>3.545</b>	<b>44</b>	<b>1,26%</b>	<b>3.573</b>	<b>28</b>	<b>0,79%</b>
% de 1 <sup>as</sup> consultas no total	13,57%	13,40%	0	-1,24%	14,67%	0	9,45%
<b>Total de consultas</b>	<b>47.487</b>	<b>50.053</b>	<b>2.566</b>	<b>5,40%</b>	<b>55.571</b>	<b>5.518</b>	<b>11,02%</b>

Como podemos verificar o total de consultas realizadas em 2018 aumentou (+11,02%), face a 2017. No respeitante ao rácio 1<sup>as</sup> consultas no total de consultas realizadas, este decresceu ligeiramente (-2,37%), apesar do aumento significativo nas primeiras consultas médicas em 2018 (+9,15%).

Na tabela seguinte apresentamos a lista de espera para as primeiras consultas por especialidade e por proveniência do utente.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*

Lista de Espera para 1<sup>as</sup> Consultas

31/12/2018

Especialidade	Origem							Total
	HH	USI FAIAL	USI PICO	USI FLORES	USI CORVO	USI S. JORGE	USI GRACIOSA	
ANESTESIOLOGIA	131							131
CARDIOLOGIA	16	12	23	2				53
CARDIOLOGIA PEDIATRICA a)	44							44
CESSACAO TABAGICA	3							3
CIRURGIA	3	2	2			3		10
CIRURGIA AMBULATORIA	48	24	29			5		106
DERMATOLOGIA	8	2	2			20		32
DIETETICA	4							4
DOR								
ESTOMATOLOGIA	2							2
FISIATRIA	51	1	30			2		84
GASTRENTEROLOGIA	30	5	7	1	2	5		50
GINECOLOGIA	12	6	9	1		2		30
HEMATOLOGIA								
IMUNO ALERGOLOGIA	1							1
MEDICINA INTERNA	44	1	3			2		50
MEDICINA/DIABETES	8	1						9
MEDICINA AUTOIMUNES	8	1						9
MEDICINA/HIPERBARICA	4	1	1					6
NEUROLOGIA a)	74	27	104					205
NEUROPEDIATRIA a)	40	1	7			1		49
OBESIDADE	4							4
OFTALMOLOGIA	29	31	76			1		137
ONCOLOGIA								
ORL	83	34	101	1		3		222
ORL (AMBULATORIA)								
ORL/VERTIGENS	17	8	13	3		2		43
ORTOPEDIA	10	1	1					12
PE DIABETICO			1					1
PEDIATRIA			2			1		3
PEDOPSIQUIATRIA a)								
PNEUMOLOGIA	1	1						2
PSICOLOGIA								
PSIQUIATRIA	6	3	28			7		44
SENOLOGIA	9	3	15					27
UROLOGIA	1				1			2
VENTILACAO NAO INVASIVA								
<b>TOTAL</b>	<b>691</b>	<b>165</b>	<b>454</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>1375</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Como se pode constatar as especialidades que apresentam maiores listas de espera são a ORL com 222, seguida da Neurologia com 205 e da Oftalmologia com 131 utentes.

No sentido inverso, a consulta de Pneumologia, Estomatologia e a Urologia tem listas de espera bastante reduzidas com 2 utentes apenas.



#### 4.2.5 - Hospital de Dia

Na tabela seguinte temos a evolução da atividade do hospital de dia em termos de sessões realizadas e doentes tratados.

Como podemos verificar, o total de sessões realizadas em 2018, aumentaram 5,90%, face a 2017. Analisando por especialidades, verificamos que a Pediatria e a Adulto tiveram crescimentos bastantes acentuados com (+68,09%) e (+21,20%), respetivamente.

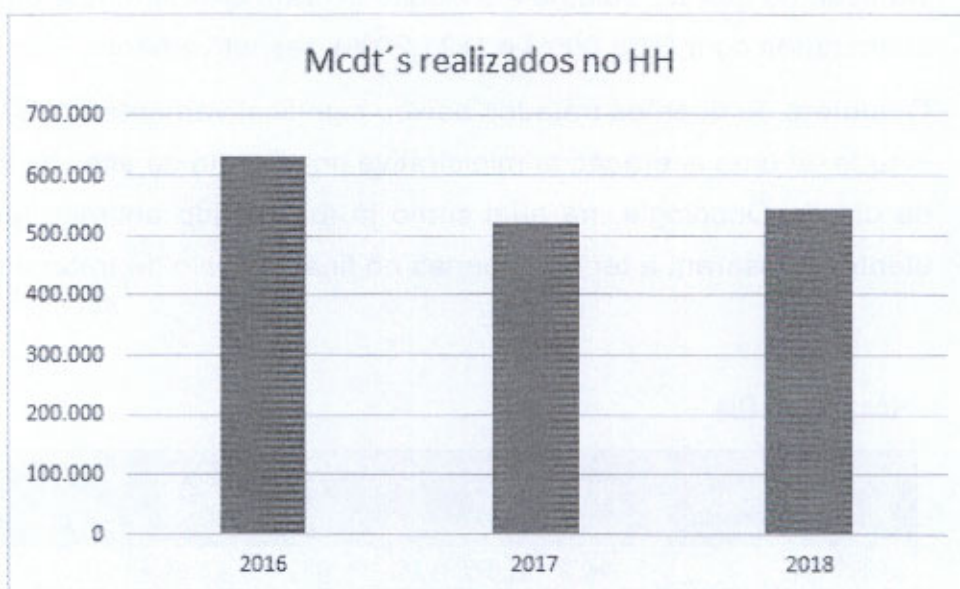
O número de doentes tratados baixou significativamente em 2018, em virtude de uma alteração administrativa no sistema de altas no hospital de dia de Oncologia, na qual como já foi referido anteriormente, os utentes passaram a ter alta apenas no final do ciclo de tratamentos.

#### Hospital de Dia

Especialidade	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Aditologia	10.978	11.079	101	0,92%	11.531	452	4,08%
Adulto	242	382	140	57,85%	463	81	21,20%
Nefrologia	5.238	5.816	578	11,03%	6.077	261	4,49%
Oncologia	1.904	1.731	-173	-9,09%	1.970	239	13,81%
Pediatria	126	141	15	11,90%	237	96	68,09%
<b>Total Sessões</b>	<b>18.488</b>	<b>19.149</b>	<b>661</b>	<b>3,58%</b>	<b>20.278</b>	<b>1.129</b>	<b>5,90%</b>
Aditologia	148	156	8	5,41%	112	-44	-28,21%
Adulto	69	122	53	76,81%	105	-17	-13,93%
Nefrologia	163	213	50	30,67%	134	-79	-37,09%
Oncologia	1439	1149	-290	-20,15%	298	-851	-74,06%
Pediatria	59	55	-4	-6,78%	73	18	32,73%
<b>Doentes Tratados</b>	<b>1878</b>	<b>1695</b>	<b>-183</b>	<b>-9,74%</b>	<b>722</b>	<b>-973</b>	<b>-57,40%</b>

#### 4.2.6 - Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Pela análise do gráfico e tabela seguintes, verifica-se um aumento em 2018 dos Mcdt's realizados no hospital.



**Mcdt's realizados no HH**

Descrição/Anos	2016	2017	2018
<b>Atos de terapeutica</b>			
Sessões de Medicina Física e Reabilitação	74.611	77.104	85.263
Quimioterapia	3.148	2.686	2.582
Dialise	6.050	6.943	6.279
Outros	169.617	73.964	70.964
	253.426	160.697	165.088
<b>Atos de diagnostico</b>			
Análises clínicas	297.525	291.432	309.151
Exames radiológicos	14.350	12.766	12.041
Exames oftalmológicos	9.646	10.880	10.679
Outros	57.474	44.238	46.166
	378.995	359.316	378.037
<b>Total Mcdt's</b>	<b>632.421</b>	<b>520.013</b>	<b>543.125</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*  
Azeite

No quadro seguinte, apresentamos os diferentes meios complementares de terapêutica por proveniência de pedidos.

JANEIRO A DEZEMBRO 2018

Actos de Terapêutica	Meios Complementares de Terapêutica Realizados no Hospital por Proveniência							TOTAL (1 A 7)
	Internamento	Cons.Externa	Urgência	Hospital de Dia	Bloco Operatório	Centros Saúde	Outros	
	1	2	3	4	5	6	7	
Transfusões por componente:								
Concentrado Eritrócitos (CE)	413	0	97	124	39	53	1	727
Concentrado Plaquetas (CPS)	0	0	0	0	0	0	0	0
Pool Concentrado Plaquetas (CPP)	13	0	0	1	0	0	0	14
Plasma Humano Inativado	80	0	16	2	2	0	1	101
C. Factor VIII	0	0	0	0	0	0	0	0
C. Factor IX	0	0	0	7	0	8	0	15
Medicina Física e de Reabilitação	31163	52803	834	42	0	41	380	85263
Outros Tratamentos	8523	1529	2547	57347	0	161	0	70107
Quimioterapia Endovenosa	0	0	0	1457	0	0	0	1457
Quimioterapia Oral	0	0		1125	0	0	0	1125
Diálise Peritoneal	1	0	0	2851	0	0	0	2852
Diálise Regular	33	0	2	3392	0	0	0	3427
<b>TOTAL</b>	<b>40226</b>	<b>54332</b>	<b>3496</b>	<b>66348</b>	<b>41</b>	<b>263</b>	<b>382</b>	<b>165088</b>

Como se constata o Hospital de Dia e a Consulta Externa são os responsáveis por grande parte dos exames solicitados, seguido do Internamento. Os atos de terapêuticos mais requisitados são os atos de Medicina Física e Reabilitação e os outros tratamentos que englobam por exemplo, oxigenoterapia, soroterapia, aplicação de pensos, extração de pontos, avaliação da tensão arterial, etc.

De seguida, podemos observar os exames complementares de diagnósticos realizados no hospital por proveniência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*

JANEIRO A DEZEMBRO 2018

Actos de Diagnóstico	Meios Complementares de Diagnóstico Realizados no Hospital por Proveniência							TOTAL (1 a 7)
	Internamento	Cons.Externa	Urgência	Hospital de Dia	Bloco Operatório	Centros Saúde	Outros	
	1	2	3	4	5	6	7	
Análises Clínicas	64089	98938	41331	8805	51	91967	3950	309151
Angiografias Oftalmológicas	0	41	1	0	0	0	0	42
Biometrias Oftalmológicas	0	165	0	0	0	0	0	165
Biópsias	154	1019	38	17	2	9	129	1368
Campos Visuais	0	272	4	0	0	0	0	276
Electrocardiogramas	645	1717	1326	11	0	31	22	3752
Endoscopias (Digest.Alta+Colonosc.)	141	727	41	2	1	17	167	1096
Ensinos Enfermagem	0	100	0	1858	0	0	0	1958
Exames Anestesia	97	406	19	1	2	7	107	639
Exames Audiologia	292	1720	157	0	0	3	12	2184
Exames Cardiologia	1	1	1	2	0	0	0	5
Exames Cardiocografia	22	66	0	0	0	0	0	88
Exames Cirurgia	0	386	3	0	0	0	0	389
Exames Dietética	1536	22	0	0	0	0	0	1558
Exames Ecográficos	814	4190	514	40	4	1024	199	6785
Exames Estomatologia	0	1148	0	0	0	0	0	1148
Exames Gastroenterologia	31	523	17	0	0	5	32	608
Exames Imunoalergologia	0	0	3	0	0	0	0	3
Exames Obstetria	65	465	0	0	0	0	0	530
Exames Oftalmológicos	0	10240	439	0	0	0	0	10679
Exames ORL	30	1195	96	0	0	1	92	1414
Exames Ortopedia	0	79	20	0	0	0	0	99
Exames Pneumologia	100	1979	19	21		24	7	2150
Exames Radiológicos	2014	3926	5204	41	46	417	393	12041
Exames Urologia	2	56	1	0	0	0	0	59
Foto-Coagulação Laser (Argon)	0	37	4	0	0	0	0	41
Hemodiálise	4	0	0	9071	0	0	0	9075
Holter	23	231	22	0	0	2	5	283
Mamografias	12	252	2	2	0	57	20	345
Mapa	0	80	7	1	0	1	1	90
Medulogramas	0	0	0	7	0	0	0	7
Nefrostomia	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Exames	0	10	1	1	0	0	0	12
Oxigenoterapia Hiperbárica	0	0	4	0	0	0	990	994
Pequena Cirurgia	1	157	21	0	0	0	0	179
Provas de Esforço	6	101	11	0	0	1	0	119
Retinografia	0	929	42	0	0	0	0	971
TAC	1119	4362	555	14	13	1404	142	7609
Urofluxometrias	0	125	0	0	0	0	0	125
<b>TOTAL</b>	<b>71198</b>	<b>135665</b>	<b>49903</b>	<b>19894</b>	<b>119</b>	<b>94990</b>	<b>6268</b>	<b>378037</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



A consulta externa é responsável pelo maior número de exames requisitados, logo seguida dos centros de saúde e internamento. Dentro dos meios complementares de diagnóstico, as análises clínicas e os exames radiológicos representam grande parte da produção realizada.

Na próxima tabela podemos observar os exames requisitados por especialidade e que são realizados por laboratórios externos. Constata-se que em 2018, a atividade cresceu (+9%), face a 2017, como resultado do aumento da atividade assistencial na consulta externa.

Avaliando por áreas verificamos que a Patologia Clínica e a Anatomia Patológica são as mais requisitadas.



Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica Realizados no Exterior

Área	2016	2017	Var. 2017/2016		2018	Var. 2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
<b>Imagiologia</b>	198	155	-43	-22%	211	56	36%
TAC	8	2	-6	-75%	5	3	150%
RMN	190	153	-37	-19%	181	28	18%
Outros		91	91	100%	25	-66	-73%
<b>Anatomia Patológica</b>	2.427	2.992	565	23%	3.988	996	33%
Anatomopatológicas	2.368	2.889	521	22%	3.861	972	34%
Biopsias	0	0	0	0%	0	0	0%
Citológicas	59	103	44	75%	137	34	33%
<b>Patologia Clínica</b>	10.979	11.035	56	1%	11.150	115	1%
Bioquímicas	844	1.067	223	26%	1.278	211	20%
Hematológicas	100	107	7	7%	91	-16	-15%
Imunológicas	1.692	2.328	636	38%	2.935	607	26%
Microbiológicas	7.819	6.876	-943	-12%	6.052	-824	-12%
Outras	524	657	133	25%	794	137	21%
<b>Gastroenterologia</b>	79	51	-28	-35%	85	34	67%
Endoscopia	7	9	2	29%	2	-7	-78%
Outros	72	42	-30	-42%	83	41	98%
<b>Med. Física e Reabilitação</b>	9	32	23	256%	19	-13	-41%
Cardiologia	65	26	-39	-60%	132	106	408%
Neurologia	92	37	-55	-60%	81	44	119%
EEG	9	16	7	78%	41	25	156%
EMG	83	21	-62	-75%	18	-3	-14%
Neurologia					22	22	100%
Oftalmologia	4	0	-4	-100%	133	133	100%
Pneumologia	11	2	-9	100%	5	3	150%
Urologia	13	21	8	62%	37	16	76%
Ginecologia / Obstetrícia	63	35	-28	-44%	68	33	94%
Outros Exames e Tratamentos	164	220	56	34%	6	-214	-97%
<b>Total</b>	<b>14.104</b>	<b>14.606</b>	<b>502</b>	<b>4%</b>	<b>15.915</b>	<b>1.309</b>	<b>9%</b>

Nota: Há exames que apesar de poderem ser realizados no HH, é também autorizada a sua realização no exterior quando o utente se encontra deslocado.





#### 4.2.7 – Deslocação de doentes

Na tabela seguinte temos a evolução do número de doentes deslocados nos últimos 3 anos. Como podemos verificar houve um aumento em 2018 de (+5%) no número de doentes deslocados face a 2017.

##### Deslocação de doentes para o exterior

Destino	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Doentes - Privada (Faial e Pico)	15	12	-3	-20%	10	-2	-17%
Acompanhantes	1	7	6	600%	2	-5	-71%
Doentes - Terceira	216	231	15	7%	224	-7	-3%
Acompanhantes	112	139	27	24%	169	30	22%
Doentes - São Miguel	430	366	-64	-15%	376	10	3%
Acompanhantes	252	240	-12	-5%	250	10	4%
Doentes - Lisboa	806	862	56	7%	937	75	9%
Acompanhantes	690	761	71	10%	817	56	7%
Doentes - Porto	62	71	9	15%	65	-6	-8%
Acompanhantes	43	61	18	42%	44	-17	-28%
Doentes - Coimbra	42	50	8	19%	43	-7	-14%
Acompanhantes	30	38	8	27%	35	-3	-8%
Doentes - Estrangeiro	1	1	0	0%	0	-1	-100%
Acompanhantes	1	1	0	0%	0	-1	-100%
<b>total doentes + Acomp.</b>	<b>2.701</b>	<b>2.840</b>	<b>139</b>	<b>5%</b>	<b>2.972</b>	<b>132</b>	<b>5%</b>

Relativamente aos destinos dos hospitais e clínicas a que os doentes se deslocam, verificamos que houve uma redução nos doentes deslocados para Porto e Coimbra. Em contrapartida Lisboa registou mais 75 utentes deslocados.



## 5. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Com referência às atividades previstas no plano para 2018, o objetivo fundamental do hospital foi o de prestar cuidados de qualidade aos doentes através da prática clínica integrada de todas as valências médicas que dispõe, da diversificação de serviços e da evolução tecnológica que permita maior segurança e qualidade de diagnóstico. Resumidamente as ações implementadas pelo CA neste período foram as seguintes:

- ***Na área de investimento e desenvolvimento de projetos***

- *Renovação parcial do parque informático;*
- *Estudo e plano da reestruturação da Área Ambulatória, SU/UCI e diálise;*
- *Plano de requalificação do heliporto;*
- *Plano de aquisição de RM, ecografia morfologia e mamografia digital com estereotaxia;*
- *Instalação da aplicação de Urologia;*
- *Upgrade E-doctlink;*

- ***Na área de organização interna***

- *Regulamento interno e organigrama do HH;*
- *Depuração das listas de espera;*
- *Processo de contratualização médica;*
- *Concurso do SU com redução de custos;*
- *Comemorações do dia do Hospital.*

- ***Na área da formação e recursos humanos***

- *Formação de codificadores;*
- *Formação de staff e Plano de Catástrofes;*



- *Continuação do apoio financeiro para o cumprimento do programa do Núcleo de Formação;*
- *Contratação de 2 técnico2 superior de análises;*
- *Contratação de enfermeiros para cumprir com as dotações seguras exigidas pelo acordo estabelecido entre a Ordem dos Enfermeiros e o Ministério da Saúde para as diferentes áreas clínicas;*
- *Contratação de um técnico superior de comunicação;*
- *Abertura de concursos internos para Assistentes Graduados Seniores;*
  
- ***Na área clínica***
  - *Investimento em material cirúrgico de ortopedia;*
  - *Investimento em diversos equipamentos de oftalmologia;*
  - *Investimento na cirurgia geral, nomeadamente em material laparoscópico;*
  - *Investimento em histeroscopia na ginecologia;*
  - *Circuito cirúrgico e gestão de listas de espera;*
  - *Sistema de gestão de filas de exames e consultas;*
  - *Gabinete de gestão de listas de espera e consultas;*
  - *Sistema de comunicação e avisos de eventos e doentes ambulatoriais;*



## 6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2018, o Hospital da Horta continuou com a implementação da estratégia definida desde 2013, de melhoria da sustentabilidade, refletida num conjunto de medidas com o intuito de reduzir gradualmente a despesa de exploração e melhoria da atividade assistencial. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, o resultado líquido em 2018 de (-2.298.178 €) apresenta um agravamento em cerca de (+11%), face a 2017 (-2.067.815 €).

Na tabela seguinte, é apresentada a evolução do resultado líquido dos últimos 3 anos.

### Evolução do resultado líquido

Rúbricas	2016	2017	%	2018	%
Total de proveitos	26.055.813	28.311.464	9%	28.629.189	1%
Total de custos	-29.754.563	-30.379.280	2%	-30.927.368	2%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-3.698.750</b>	<b>-2.067.815</b>	<b>-44%</b>	<b>-2.298.178</b>	<b>11%</b>

### Custos

Apesar do hospital ter prosseguido com a estratégia iniciada em anos anteriores de controlo e redução de custos, o aumento nos custos com pessoal devido à reposição do valor hora nos suplementos remuneratórios e os encargos resultantes da nova portaria para a deslocação de doentes, resultaram num aumento do total de custos em (+2%), face a 2017.

Na tabela seguinte podemos verificar a evolução dos custos nos últimos 3 anos:



*[Handwritten signature]*  
Adm

### Evolução de custos

Rúbricas	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Materias consumidas	5.065.852	5.065.478	-374	0%	4.695.910	-369.567	-7%
Fornecimentos e serviços	5.436.877	5.933.525	496.648	9%	6.606.131	672.606	11%
Custos com pessoal	15.315.846	16.676.410	1.360.564	9%	16.906.045	229.635	1%
Outros gastos e perdas	117.342	6.883	-110.459	-94%	31.543	24.660	358%
Depreciações	2.591.605	2.536.384	-55.221	-2%	2.455.882	-80.502	-3%
Provisões	1.137.040	120.936	-1.016.103	-89%	143.826	22.889	19%
Juros suportados	90.001	39.664	-50.337	-56%	88.031	48.367	122%
<b>Total</b>	<b>29.754.563</b>	<b>30.379.280</b>	<b>624.716</b>	<b>2%</b>	<b>30.927.368</b>	<b>548.088</b>	<b>2%</b>

Analisando agora a estrutura de custos por rúbricas, podemos verificar que a conta de consumos ascende a 4,69M€, representando 15% dos custos totais. Comparando-se com 2017, houve uma redução de 7% nestes custos, essencialmente devido a uma diminuição nos consumos de medicamentos e material de consumo clínico.

### Evolução dos custos com consumos

Rúbricas	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
<i>Produtos farmaceuticos</i>	3.589.978	3.500.222	-89.755	-3%	3.281.837	-218.385	-6%
<i>Medicamentos</i>	3.075.712	2.840.748	-234.964	-8%	2.696.716	-144.032	-5%
<i>Reagentes</i>	362.808	511.875	149.067	41%	463.849	-48.027	-9%
<i>Outros produtos farmaceuticos</i>	151.456	147.599	-3.857	-3%	121.273	-26.327	-18%
Material de consumo clinico	1.266.326	1.316.846	50.519	4%	1.118.701	-198.144	-15%
Material de consumo hoteleiro	50.577	47.665	-2.913	-6%	67.289	19.625	41%
Material de consumo administrativo	68.550	62.347	-6.204	-9%	76.008	13.662	22%
Material de conservação e reparação	90.419	138.398	47.979	53%	152.074	13.676	10%
<b>Total</b>	<b>5.065.852</b>	<b>5.065.478</b>	<b>-374</b>	<b>0%</b>	<b>4.695.910</b>	<b>-369.567</b>	<b>-7%</b>




No próximo quadro, é-nos mostrado a evolução dos custos com os fornecimentos e serviços externos, os quais totalizam 21% dos custos totais. Como podemos verificar, registou-se um aumento de custos face ao período homólogo, em (+11%).

As rubricas que mais contribuíram para esta variação, foram os trabalhos executados no exterior (+39%), entre os quais se destacam a radioterapia e fisioterapia e a deslocação de doentes com um aumento de (+21%), resultado da entrada em vigor da nova portaria que regulamenta a deslocação de doentes e que responsabiliza financeiramente, o hospital pelos custos das consultas subsequentes.

#### Evolução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos

Rúbricas	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
<b>Subcontratos:</b>							
Contratação Médica Externa	976.537	1.048.169	71.632	7%	1.043.591	-4.579	0%
M.C.D.T's Realizados: exterior	259.450	358.639	99.189	38%	555.658	197.019	55%
Comparticipação de medicamentos	0	34.752	34.752	100%	0	-34.752	200%
Internamentos no exterior (psiquiatria)	144.306	157.340	13.033	9%	151.687	-5.652	-4%
Deslocações de doentes	1.271.440	1.069.527	-201.913	-16%	1.299.096	229.569	21%
Trabalhos: exterior (clínica privada)	602.311	772.966	170.655	28%	1.077.499	304.533	39%
<b>Fornecimentos e serviços:</b>							
Electricidade	333.862	326.059	-7.803	-2%	332.645	6.586	2%
Combustíveis	145.282	166.041	20.759	14%	177.436	11.395	7%
Água	36.618	42.771	6.153	17%	30.908	-11.863	-28%
Livros e documentação técnica	2.845	608	-2.237	-79%	1.199	591	97%
Rendas e alugures	43.606	47.409	3.803	9%	56.780	9.371	20%
Comunicação	49.104	48.365	-739	-2%	56.317	7.952	16%
Transporte de mercadorias	57.463	56.007	-1.456	-3%	54.331	-1.676	-3%
Deslocações e estadas	136.182	147.408	11.226	8%	147.870	462	0%
Honorários	294.937	430.974	136.037	46%	577.766	146.792	34%
Conservação e reparação	448.727	428.391	-20.336	-5%	431.973	3.582	1%
Limpeza, higiene e conforto	185.927	211.412	25.485	14%	106.436	-104.976	-50%
Vigilância e segurança	39.164	40.741	1.577	4%	41.324	583	1%
Trabalhos especializados	289.902	434.090	144.188	50%	341.945	-92.145	-21%
Outros fornecimentos e serviços	119.214	111.857	-7.357	-6%	121.670	9.813	9%
<b>Total</b>	<b>5.436.877</b>	<b>5.933.525</b>	<b>496.649</b>	<b>9%</b>	<b>6.606.131</b>	<b>672.606</b>	<b>11%</b>



*[Handwritten signature]*  
A. Ave

Em relação aos custos com pessoal, estes ascenderam 16,94M€, o que representa 55% dos custos totais do hospital. Relativamente a 2017, verificou-se um acréscimo de (+2%).

Verificando por categorias profissionais, constatamos que o pessoal médico representa o maior encargo para instituição, representando 28% do total de custos com pessoal, seguido do pessoal de enfermagem com 21%.

### Evolução dos custos com pessoal

Rúbricas	2016	2017	Var.2017/2016		2018	Var.2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Remunerações dos órgãos sociais	226.306	232.913	6.607	3%	232.087	-826	0%
Remunerações do pessoal:							
Pessoal médico	4.170.546	4.858.431	687.885	16%	4.741.053	-117.378	-2%
Pessoal de enfermagem	3.082.505	3.345.449	262.944	9%	3.475.110	129.661	4%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	800.033	792.527	-7.506	-1%	831.171	38.644	5%
Pessoal assistente técnico	797.187	782.663	-14.524	-2%	769.078	-13.585	-2%
Pessoal assistente operacional	1.723.853	1.756.244	32.391	2%	1.704.145	-52.099	-3%
Técnicos superiores e equiparados	1.357.764	1.517.390	159.626	12%	1.302.128	-215.262	-14%
Prémios para pensões	0	165.404	165.404	100%	145.457	-19.947	-12%
Encargos sobre remunerações	2.789.220	2.987.960	198.740	7%	3.010.607	22.647	1%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	26.371	28.328	1.957	7%	39.209	10.881	38%
Outros custos com o pessoal	342.061	209.102	-132.959	-39%	656.002	446.900	214%
<b>Total</b>	<b>15.315.846</b>	<b>16.676.410</b>	<b>1.360.564</b>	<b>9%</b>	<b>16.906.047</b>	<b>229.637</b>	<b>1%</b>




## Proveitos

No quadro abaixo, podemos verificar a estrutura de proveitos em 2018, a qual apresenta um acréscimo de (+1%) face ao período homólogo.

### Evolução dos proveitos

Rúbricas	2016	2017	Var. 2017/2016		2018	Var. 2018/2017	
			Abs.	%		Abs.	%
Vendas de medicamentos	18.964	30.158	11.194	59%	16.002	-14.156	-47%
Prestação de serviços							
Contrata Programa (SRS)	21.639.103	0	-21.639.103	-100%	0	0	0%
Outros subsistemas	2.102.249	2.593.033	490.784	23%	2.535.824	-57.209	-2%
Proveitos suplementares	27.465	25725	-1.740	-6%	0	-25.725	-100%
Subsídios á exploração	849.045	24.372.171	23.523.126	2771%	25.085.235	713.064	3%
Proveitos operacionais	76.746	44.249	-32.497	-42%	0	-44.249	-100%
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>24.713.572</b>	<b>27.065.336</b>	<b>2.351.764</b>	<b>10%</b>	<b>27.637.062</b>	<b>571.725</b>	<b>2%</b>
Reversões	0	0	0	0%	76.403	76.403	100%
Outros rendimentos e ganhos	1.291.845	1.222.147	-69.699	-5%	915.724	-306.422	-25%
Juros e rendimentos obtidos	50.396	23.981	-26.415	-52%	0	0	-100%
<b>Total de proveitos</b>	<b>26.055.813</b>	<b>28.311.464</b>	<b>2.255.651</b>	<b>9%</b>	<b>28.629.189</b>	<b>317.725</b>	<b>1%</b>

Em termos dos proveitos operacionais auferidos pelo Hospital da Horta, verificamos que estes aumentaram (+2%) relativamente a 2017. Esta variação resulta essencialmente da subida do valor do financiamento contratualizado com a Tutela, o qual se decompõe do seguinte modo:





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



	31-12-2018	31-12-2017
Contrato Programa	24.401.870	23.709.000
Deslocação de doentes	600.000	560.000
Fixação Médicos na Região Autónoma dos Açores		30.000
Cirurgia	64.357	
Outros subsídios		31.230
Fundo Regional do Emprego	19.008	41.941
	<u>25.085.235</u>	<u>24.372.171</u>

De referir ainda, que a faturação aos outros subsistemas que garantem cobertura social em termos de doença, nomeadamente a ADSE Continente, SAD PSP, GNR e Forças Armadas, diminuiu (-2%).

## 7. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO

Procede-se, seguidamente, à análise dos principais indicadores que espelham a rentabilidade e o crescimento, bem como à análise de medidas de eficiência de gestão que nos permitem avaliar o desempenho económico do hospital.

### Síntese de indicadores de custos e proveitos

Rúbricas	2016	2017	%	2018	%
Total de proveitos	26.055.813	28.311.464	9%	28.629.189	1%
Total de custos	-29.754.563	-30.379.280	2%	-30.927.368	2%
Custos operacionais	-29.547.373	-30.332.806	3%	-30.839.337	2%
Proveitos operacionais	24.713.572	27.065.337	10%	27.637.063	2%
Resultados Operacionais	-4.833.800	-3.267.469	-32%	-3.202.274	-2%
Resultado líquido do exercício	-3.698.750	-2.067.815	-44%	-2.298.178	11%
EBITA	-1.067.539	484.251	-145%	245.735	-49%

O *EBITDA*, que traduz a capacidade do hospital gerar recursos através da sua atividade operacional, excluindo desta análise os impostos e os efeitos financeiros, registou em 2018 uma trajetória decrescente, atingindo o valor de 245.735 mil €, (-49%) do que em 2017.

Em termos de resultados operacionais, houve um decréscimo em (-2%), devido ao crescimento ligeiramente superior dos custos face aos proveitos.



Amor

### Indicadores de desempenho operacional

Rúbricas	2016	2017	%	2018	%
Total de proveitos	26.055.812	28.311.464	9%	28.629.189	1%
Proveitos contrato gestão	21.639.103	23.709.000	10%	24.401.870	3%
Proveito extra contrato gestão	3.074.469	3.356.337	9%	3.235.193	-4%
% proveitos extra contrato gestão/Total proveitos	12%	12%	0%	11%	-5%
taxas moderadoras	179.495	200.745	12%	197.842	-1%
Total de custos	-29.754.563	-30.379.280	2%	-30.927.368	2%
Custos com pessoal	15.315.846	16.676.410	9%	16.906.045	1%
Custos com pessoal ajustados(Hon+EM)	16.587.320	18.155.553	9%	18.527.401	2%
Custos com horas extras	2.690.039	3.485.848	30%	3.443.666	-1%
Nº medio de trabalhadores	496	498	0%	491	-1%
Custo com pessoal /nº medio trabalhadores	30.879	33.487	8%	34.432	3%
EBITA/Nº medio trabalhadores	-2.152	972	-145%	500	-49%

No quadro anterior podemos verificar alguns indicadores de desempenho operacional. Observa-se uma melhoria no indicador de proveitos do Contrato Programa em (3%), diminuindo os proveitos extra contrato programa, face ao ano anterior em (-4%).

O indicador dos custos com pessoal ajustado aumentou (+2%), em contraponto com a descida do valor das horas extraordinárias em (-1%), face ao período homólogo.



Amu

## 7. 1 ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Na tabela seguinte podemos, podemos observar os principais indicadores financeiros.

### Síntese dos indicadores financeiros agregados

Indicadores agregados	2016	2017	Varição 17/16	2018	Varição 18/17
<b>Balço</b>					
Ativo	52.237.090	52.235.492	0,00%	52.057.322	-0,34%
Passivo	93.641.235	95.707.452	2,21%	86.524.111	-9,60%
Capital Próprio	-41.404.145	-43.471.960	4,99%	-34.466.789	-20,71%
Disponibilidades	50.911	346.181	579,97%	316.871	-8,47%
<b>Indicadores estruturais</b>					
Autonomia Financeira	-79%	-83%	5,00%	-66%	-20,44%
Solvabilidade	-44%	-45%	2,73%	-40%	-12,30%
Grau de endividamento	179%	183%	2,21%	166%	-9,29%
<b>Investimentos e endividamento</b>					
Investimentos em ativos	436.455	485.610	11,26%	372.487	-23,30%
Emprestimos bancarios	14.627.584	11.577.791	-20,85%	8.155.835	-29,56%
<b>Outros indicadores</b>					
Compras	5.258.852	5.059.892	-3,78%	4.907.722	-3,01%
<b>Relações com o estado</b>					
Capital do Acionista	33.300.000	33.300.000	0,00%	33.300.000	0,00%
Dívida à Saudaçor	41.303.882	48.253.286	16,83%	61.359.609	27,16%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Quanto ao balanço, à data de 31 de Dezembro de 2018, os ativos do HH atingem os 52,05M€ e os capitais próprios sendo negativos, ascendem a -34,46M€, sendo o passivo exigível de 86,52 M€.

O rácio da autonomia financeira traduz a capacidade de dependência de capitais alheios, em detrimento de capitais próprios, relacionando a sua proporção com o ativo, tendo este indicador reduzido (-20,44%), face a 2017. Esta variação justifica-se pelo aumento dos capitais próprios, via incorporação de subsídios recebidos para investimento.

Em termos de solvabilidade, o qual mede a proporção entre capitais próprios e alheios e quanto maior o indicador maior a capacidade do hospital em solver os seus passivos, verificamos também um decréscimo de (-12,30%).

Por fim, o grau de endividamento, que se traduz na percentagem do Passivo sobre o Ativo, baixou em (-9,29%).





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*Handwritten signature*

Hospital da Horta, EPE

04/04/2019 | 1/2

(valores em EUR)

**Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)**

Exercício: 2018

Lançamento:

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo de gestão anterior</b>							
Operações orçamentais [1]	0,00	3.930,60	0,00	0,00	0,00	3.930,60	0,00
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					342.250,62	342.250,62	
<b>Receita corrente</b>							
R1 Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	1.081,33	0,00	0,00	0,00	1.081,33	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências Correntes	0,00	24.756.485,87	0,00	0,00	0,00	24.756.485,87	0,00
R5.1 Administrações Públicas	0,00	24.756.485,87	0,00	0,00	0,00	24.756.485,87	0,00
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00	335.608,32	0,00	0,00	0,00	335.608,32	0,00
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	19.007,55	0,00	0,00	0,00	19.007,55	0,00
R5.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4 Administração Regional	0,00	24.401.870,00	0,00	0,00	0,00	24.401.870,00	0,00
R5.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	580.625,43	0,00	0,00	0,00	580.625,43	0,00
R7 Outras receitas correntes	0,00	384.455,27	0,00	0,00	0,00	384.455,27	0,00
<b>Receita de Capital</b>							
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências de Capital	0,00	788.757,01	0,00	0,00	0,00	788.757,01	0,00
R9.1 Administrações Públicas	0,00	788.757,01	0,00	0,00	0,00	788.757,01	0,00
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4 Administração Regional	0,00	788.757,01	0,00	0,00	0,00	788.757,01	0,00
R9.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>0,00</b>	<b>26.511.404,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.511.404,91</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>13.129.630,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.129.630,32</b>	<b>0,00</b>
R12 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Passivos financeiros	0,00	13.129.630,32	0,00	0,00	0,00	13.129.630,32	0,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>0,00</b>	<b>39.641.035,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.641.035,83</b>	<b>0,00</b>
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					4.835.025,15	4.835.025,15	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Hospital da Horta, EPE

24/04/2019 | 1/2

### Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018

Langamentos: <T000S>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar pes. ant.	Cotações Corrigidas	Cativos / desactivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de recebíveis			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Graficac. enc.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesas Correntes</b>													
D1	Despesas com o pessoal	267.298,24	0,00	0,00	17.673.078,47	17.673.078,47	246.102,36	17.391.748,56	17.327.850,95	0,00	345.227,52	0,00%	0,00%
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	18.544,86	0,00	0,00	9.906.043,79	9.906.043,79	0,00	9.876.448,95	9.876.448,95	0,00	23.594,84	0,00%	0,00%
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.964,77	0,00	0,00	4.232.957,38	4.232.957,38	548,30	4.153.651,25	4.154.139,45	0,00	78.767,92	0,00%	0,00%
D1.3	Segurança social	245.789,41	0,00	0,00	3.540.057,30	3.540.057,30	245.554,06	3.351.648,46	3.297.292,55	0,00	242.864,75	0,00%	0,00%
D2	Aquisição de bens e serviços	12.880.219,54	0,00	0,00	23.417.035,57	23.417.035,57	7.185.891,21	5.551.468,29	12.737.359,40	0,00	18.679.676,17	0,00%	0,00%
D3	Juros e outros encargos	97.411,33	0,00	0,00	97.446,33	97.446,33	45.727,17	35,00	45.762,17	0,00	47.684,16	0,00%	0,00%
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D6	Outras despesas correntes	25.437,89	0,00	0,00	242.786,79	242.786,79	22.593,43	49.953,54	72.546,97	0,00	170.239,82	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>12.390.366,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.438.347,36</b>	<b>41.438.347,36</b>	<b>7.594.314,20</b>	<b>22.983.205,29</b>	<b>38.187.519,49</b>	<b>0,00</b>	<b>11.242.827,67</b>	<b>0,00%</b>	<b>0%</b>
<b>Despesas de Capital</b>													
D7	Investimento	164.172,78	0,00	0,00	536.659,45	536.659,45	132.405,55	224.253,81	356.659,36	0,00	180.000,09	0,00%	0,00%
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>164.172,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>536.659,45</b>	<b>536.659,45</b>	<b>132.405,55</b>	<b>224.253,81</b>	<b>356.659,36</b>	<b>0,00</b>	<b>180.000,09</b>	<b>0,00%</b>	<b>0%</b>
<b>Despesas não efetivas</b>													
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	9.072.509,22	9.072.509,22	0,00	9.072.509,22	9.072.509,22	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.072.509,22</b>	<b>9.072.509,22</b>	<b>0,00</b>	<b>9.072.509,22</b>	<b>9.072.509,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0%</b>

© PRIMAVERA BSI / Licença de SAÚDE/COR-SOL-GESTIONA RECE EQUIP SAÚDE AÇORES, SA.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*Handwritten signature and initials*

Hospital da Horta, EPE

05/04/2019 | 2/2

(Valores em EUR)

**Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)**

Exercício: 2018

Lançamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Despesa corrente</b>								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	17.327.850,95	0,00	0,00	0,00	17.327.850,95	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	9.876.448,95	0,00	0,00	0,00	9.876.448,95	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	4.154.199,45	0,00	0,00	0,00	4.154.199,45	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	3.297.202,55	0,00	0,00	0,00	3.297.202,55	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	12.737.359,40	0,00	0,00	0,00	12.737.359,40	0,00
D5	Juros e outros encargos	0,00	49.762,17	0,00	0,00	0,00	49.762,17	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	72.546,97	0,00	0,00	0,00	72.546,97	0,00
<b>Despesa de Capital</b>								
D7	Investimento	0,00	356.659,36	0,00	0,00	0,00	356.659,36	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>0,00</b>	<b>30.544.178,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.544.178,85</b>	
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>0,00</b>	<b>9.072.509,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.072.509,22</b>	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	9.072.509,22	0,00	0,00	0,00	9.072.509,22	0,00
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>		<b>0,00</b>	<b>39.616.688,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.616.688,07</b>	
Pagamentos de operações de tesouraria [C]						4.888.593,12	4.888.593,12	
Saldo para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		0,00	28.277,76	0,00	0,00	0,00	28.277,76	0,00
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						288.593,12	288.593,12	
<b>Saldo global [2]-[5]</b>		<b>0,00</b>	<b>-4.032.773,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.032.773,94</b>	<b>0,00</b>
Despesa primária		0,00	30.494.416,88	0,00	0,00	0,00	30.494.416,88	0,00
Saldo corrente		0,00	-4.464.871,59	0,00	0,00	0,00	-4.464.871,59	0,00
Saldo de capital		0,00	432.097,65	0,00	0,00	0,00	432.097,65	0,00
Saldo primário		0,00	-3.985.011,77	0,00	0,00	0,00	-3.985.011,77	0,00
Receita total [1]+[2]+[3]		0,00	39.644.965,83	0,00	0,00	0,00	39.644.965,83	0,00
Despesa total [5]+[6]		0,00	39.616.688,07	0,00	0,00	0,00	39.616.688,07	0,00

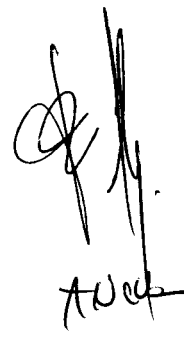


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

É nossa proposta que o resultado líquido negativo, de (-2.298.178 €) seja transferido para resultados transitados.



## 9. INDICADORES DE GESTÃO

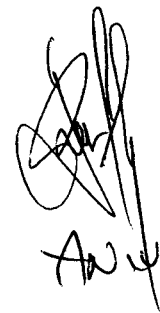
### 9.1 Indicadores de desempenho específico associados a financiamento

O Contrato-Programa define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, custos e incentivos atribuídos em função do cumprimento de objetivos de qualidade e eficiência.

Na tabela seguinte, podemos verificar os resultados realizados versus as metas propostas.

#### Objetivos de desempenho

Indicador	Descrição	Area	Meta 2018	Realizado	Desvio
DA.2	Demora média	Incentiva a eficiencia.	6,60	6,50	-0,10
DA.5	Taxa de reinternamentos a 30 dias	Monitorização dos reinternamentos			
DA.6	Nível de cumprimento da produção hospitalar	Avaliação do cumprimento da produção contratualizada			
		Consulta externa	46.500	51.998	5498
		Hospital de dia			
		GDH Cirurgicos de Ambulatorio			
		GDH Medicos de Ambulatorio			
		Doentes Saldos(codificados em GDH)			
DA.33	% de partos por cesariana		28,00%	25,71%	-2,29%
DA.34	cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis				

  
A. V. Y.

Como podemos constatar, em termos da demora média hospitalar, o objetivo proposto de 6,60 dias foi melhorado, tendo se registado uma demora média no internamento de 6,50 dias.

Relativamente à produção hospitalar contratualizada, em termos de consultas externas o hospital efetuou + 5498 consultas do que a meta estabelecida.

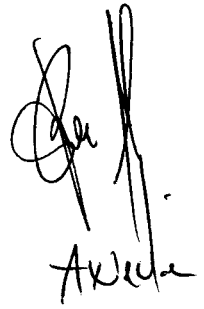
Na percentagem de partos por cesariana, do total de partos realizados 25,71% foram por cesariana, o que representa um desvio positivo de (-2,29%) % face ao objetivo estipulado.

## 9.2 Recursos Humanos

No quadro seguinte podemos analisar alguns indicadores relacionados com os recursos humanos. Estes dados não incluem os internos do complementar.

### Indicadores de recursos humanos

Indicadores	2016	2017	2018
Efetivos Globais/Lotação	4,13	4,85	4,83
Nº de dias de internamento/Efetivos Globais	42,25	43,38	41,79
Médicos /Enfermeiros	0,27	0,25	0,26
Médicos /Técnicos Diagnóstico e Terapêutica	1,06	1,09	1,08
Doentes Sidos/Médicos	87,34	88,29	75,78
Doentes Sidos/Enfermeiros	23,21	21,65	20,05

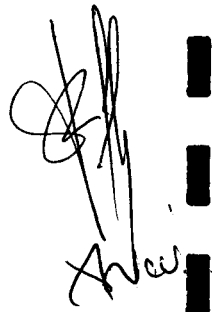
  
A. Silva

Lendo a informação contida na tabela apresentada, constata-se que o indicador Efetivos Globais/Lotação desceu ligeiramente em 2018 em virtude da redução dos colaboradores efetivos.

O indicador Número de Dias Internamento por Efetivos Globais baixou de 43,38 para 41,79 dias, tendo em conta a variação ocorrida no total de dias de internamento (-4%).

O indicador Médicos/Enfermeiros aumentou este ano em virtude da contratação de mais 3 médicos em 2018. Inversamente o rácio Médicos/Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica baixou este ano em virtude da integração de 3 técnicos de Mcdt's.

Decorrente do anteriormente exposto, houve uma redução no indicador Doentes Saídos por Médico (75,78) e Doentes Saídos por Enfermeiro (20,05).



## Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 do **Hospital da Horta, E.P.E.R.** declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.
- i) Os responsáveis subscritores,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Hospital da Horta, EPER

(Valores expressos em euros)

Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativos Não Corrente</b>			
Ativos fixos Intangíveis	3	45.487,65	-
Ativos Fixos Tangíveis	5	27.967.112,69	30.095.995,79
		<b>28.012.600,34</b>	<b>30.095.995,79</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	10	1.316.085,41	1.128.370,63
Clientes, contribuintes e utentes	18.a	21.884.894,42	19.848.652,27
Estado e outros entes públicos	18.e	99.811,31	121.357,61
Outras contas a receber	18.b	334.304,13	694.934,69
Diferimentos	18.c	92.755,58	-
Caixa e depósitos bancários		316.870,88	346.181,22
		<b>24.044.721,73</b>	<b>22.139.496,42</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>52.057.322,07</b>	<b>52.235.492,21</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património	18.f	33.300.000,00	33.300.000,00
Reservas		3.529,55	3.529,55
Resultados transitados		-76.779.072,72	-74.711.257,25
Outras Variações no Património Líquido		11.306.932,05	12.101.443,00
Resultado líquido do período		-2.298.178,14	-2.067.815,47
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>-34.466.789,26</b>	<b>-31.374.100,17</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Financiamentos obtidos	7	6.032.350,41	8.166.234,22
Responsabilidades por beneficiários pós-emprego	19	2.078.814,78	2.239.183,17
Outros contas a pagar	18.d	-	4.183.843,59
		<b>8.111.165,19</b>	<b>14.589.260,98</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	18.d	10.772.530,29	10.486.210,48
Estado e outros entes públicos	18.e	582.385,00	567.270,62
Financiamentos obtidos	7	2.123.484,66	3.411.556,81
Fornecedores de investimentos	18.d	116.173,39	164.172,78
Outras contas a pagar	18.d	64.818.372,80	54.391.120,71
Diferimentos		-	-
		<b>78.412.946,14</b>	<b>69.020.331,40</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>86.524.111,33</b>	<b>83.609.592,38</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>52.057.322,07</b>	<b>52.235.492,21</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Pedro Lima*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Maria de Azevedo Nunes*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Hospital da Horta, EPER

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Notas	2018	2017
Impostos e taxas	14	197.234,55	200.744,58
Vendas e prestações de serviços	13	2.354.593,10	2.422.446,58
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	25.085.234,56	24.372.171,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-4.695.910,40	-5.065.477,72
Fornecimentos e serviços externos	23.a	-6.606.130,59	-5.933.524,80
Gastos com o pessoal	23.b	-16.906.044,70	-16.676.409,97
Imparidade de inventários	10	-24.256,84	-
Imparidades de dívidas a receber	18.a	-119.568,87	-120.936,27
Provisões	19	76.403,00	242.743,00
Outros rendimentos	23.c	915.724,20	1.049.377,70
Outros gastos	23.d	-31.542,86	-6.883,15
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>245.735,15</b>	<b>484.251,26</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	3,5	-2.455.882,12	-2.536.383,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-2.210.146,97</b>	<b>-2.052.132,53</b>
Juros e rendimentos similares Obtidos		-	23.981,03
Juros e gastos similares suportados	23.e	-88.031,17	-39.663,97
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2.298.178,14</b>	<b>-2.067.815,47</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-2.298.178,14</b>	<b>-2.067.815,47</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Hospital da Horta, EPER

Valores expressos em euros

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2018								
DESCRIÇÃO	Notas	Património Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2018		33.300.000,00	3.529,55		-74.711.257,25	11.414.092,11	-2.067.815,47	-43.471.960,18
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	-	-	(2.067.815,47)	-	2.067.815,47	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-		(107.214,06)	-	(107.214,06)
		-	-	-	(2.067.815,47)	(107.214,06)	2.067.815,47	(107.214,06)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							-2.298.178,14	-2.298.178,14
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							-2.298.178,14	-2.298.178,14
A 31 de dezembro de 2018		33.300.000,00	3.529,55		(76.779.072,72)	11.306.932,05	(2.298.178,14)	(34.466.789,26)

O Contabilista Certificado

*Pedro Taveira*

O Conselho de Administração

*Mário d. José - Nuno*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Hospital da Horta, EPER

(Valores expressos em euros)

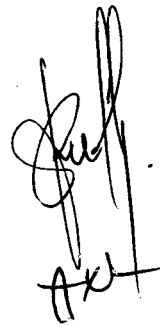
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017</b>			
	Notas	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		886.597,35	951.805,99
Recebimentos contrato programa		24.401.870,00	23.709.000,00
Pagamentos a fornecedores		-12.731.042,14	-10.723.184,89
Pagamentos ao pessoal		-17.323.813,71	-16.420.686,86
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>-4.766.388,50</b>	<b>-2.483.065,76</b>
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		247.859,41	14.763,68
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>-4.518.529,09</b>	<b>-2.468.302,08</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
ativos fixos tangíveis		-356.659,36	-624.239,97
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento		788.757,01	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>432.097,65</b>	<b>-624.239,97</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		13.129.630,32	8.675.450,85
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-8.467.410,08	-4.340.495,89
Juros e gastos similares		-605.099,14	-947.068,91
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>4.057.121,10</b>	<b>3.387.886,05</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>(29.310,34)</b>	<b>295.344,00</b>
Efeitos das diferenças de cambio		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>346.181,22</b>	<b>50.837,22</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>316.870,88</b>	<b>346.181,22</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		346.181,22	50.837,22
Equivalentes a caixa no início do período		346.181,22	50.837,22
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior			
<b>De execução orçamental</b>		-	-
<b>De operações de tesouraria</b>		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>316.870,88</b>	<b>346.181,22</b>
Equivalentes a caixa no início do período			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo para a gerência seguinte			
<b>De execução orçamental</b>		<b>28.277,76</b>	<b>3.930,60</b>
<b>De operações de tesouraria</b>		<b>288.593,12</b>	<b>342.250,62</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Redo Tera*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Manoel d. Feijó*



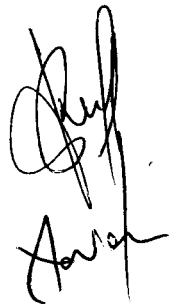
**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**NOTA INTRODUTÓRIA - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO  
CONTABILÍSTICA PARA ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - SNC-AP.**

O Hospital da Horta, EPER que faz parte do perímetro empresarial público regional adotava como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde. A entrada em vigor, em 2018, do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui no seu âmbito as entidades públicas reclassificadas, obrigou à transição para este referencial contabilístico.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas (“NCP”) expressas do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, tendo a Entidade preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de janeiro de 2018.

No processo de transição das políticas contabilísticas anteriormente adotadas no POC-MS para o SNC-AP, o Conselho de Administração considerou inexistir qualquer ajustamento ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior com exceção das normais reclassificações entre contas. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2017 não foram re-expressos por também não ser necessário refletir quaisquer ajustamentos e, desta forma, não é apresentada a reconciliação e descrição dos impactos, da transição do normativo anterior para o SNC-AP, no património líquido, resultado do período e fluxos de caixa.



**NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**

**1.1 - Identificação da entidade e período contabilístico**

**Designação:** HOSPITAL HORTA, E.P.E.R.

**NIF:** 512103070

**Natureza Jurídica:** Entidade Pública Empresarial

**Sede:** Estrada Príncipe Alberto de Mónaco –, 9900-038 Horta

**Tutela:** Secretaria Regional da Saúde

O Hospital da Horta, E.P.E.R. (abreviadamente designada por “HOSPITAL” ou “Empresa”) foi transformado em entidade pública empresarial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HOSPITAL é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n 558/99, de 17 de dezembro e do artigo 8º - F do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e também é dotado de autonomia técnica.

No âmbito do diploma acima mencionado, o capital estatutário do HOSPITAL detido pela Região Autónoma dos Açores foi fixado em 33.300.000 euros, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

O HOSPITAL rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeitos às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos autónomos.



O objeto principal do HOSPITAL é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade é também financiada através das dotações orçamentais incluídas nos contratos-programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

De acordo com o contrato-programa para o triénio 2016-2018 de 18 de maio de 2016, o financiamento previsto é composto por duas componentes, sendo a primeira estabelecida através do orçamento global de 23.216.420 euros, e a segunda, de um prémio de desempenho até ao limite máximo de 1.185.450 euros, dependendo do cumprimento dos objetivos traçados.

Em 2018, as contrapartidas financeiras atribuídas a este respeito perfazem o montante de 24.401.870 euros (em 2017 – 23.709.000 euros), que foram registadas na rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos.



## **1.2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

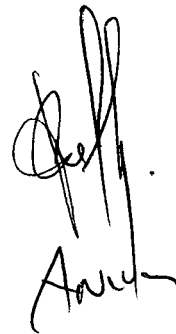
Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade, adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

De referir que as notas indicadas neste anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na Norma de Contabilidade Pública, sendo que as notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

### **Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Hospital e



representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Hospital, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

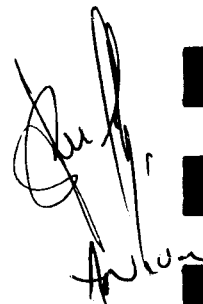
As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião do dia 24 de Abril de 2019.

#### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

#### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.



### Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, com exceção mencionada no parágrafo anterior.

### Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

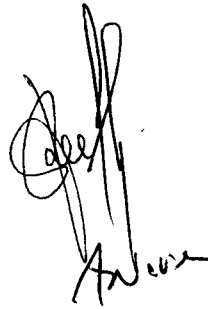
### Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Hospital não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	2018	2017
<i>Numerário</i>	23.649	23.019
<i>Depósitos bancários imediatamente imobilizáveis</i>	293.222	323.162
	316.871	346.181
<i>Descobertos bancários</i>		
<i>Caixa e seus equivalentes</i>	<u>316.871</u>	<u>346.181</u>





**NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

**2.1 - Bases de mensuração e apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos do Hospital, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.



## 2.1 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas relevantes adotadas na preparação das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

### (a) Ativos intangíveis

A Entidade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e referem-se a direitos de utilização de software.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que pode variar entre três a seis anos.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Entidade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informático são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso administrativo, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.



As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

As taxas de depreciação correspondem às vidas úteis estimadas que variam entre de 3 a 20 anos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

#### **a) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou do serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera



obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

#### **b) Inventários**

Os inventários estão mensurados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se prevêem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

#### **c) Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando o Hospital se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno



ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são:  
(i) Devedores por transferências e subsídios ou por empréstimos bonificados; Clientes, contribuintes e utentes; Credores por transferências e subsídios obtidos, Fornecedores e Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros, que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

**(i) Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.



**(ii) Caixa e equivalentes de caixa**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**(iii) Património realizado**

O património social inicial da Entidade corresponde às prestações pecuniárias dos associados fundadores:

**(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**(v) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

**d) Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através dos resultados, são sujeitas anualmente a testes de imparidade



para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subseqüentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

**e) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

O Hospital desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

O Hospital desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

**f) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**g) Ativos e passivos contingentes**



Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

#### **h) Rendimentos de transações**

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor



*[Handwritten signature]*

da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para o Hospital e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O Hospital mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

O Hospital quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Hospital cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.



**i) Benefícios dos empregados**

O Hospital reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

**j) Especialização de gastos e rendimentos**

O Hospital regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

**k) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os



respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

#### **I) Acontecimentos após a data de relato**

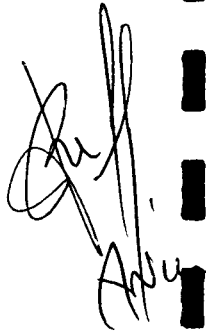
Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

#### **Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período subsequente estão relacionadas com a forma de determinar o valor dos serviços prestados e ainda não faturados por razões administrativas.



#### **Consistência de apresentação**

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

#### **Alterações às normas**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo Conselho de Administração.

#### **Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pelo Hospital, para os períodos apresentados.

#### **Alterações nas estimativas contabilísticas**

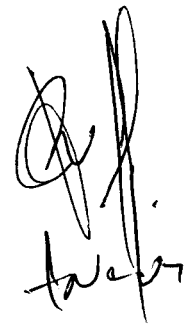
O Hospital da Horta não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

#### **Erros materiais de períodos anteriores**

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

#### **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Administração concluído que o Hospital dispõe de recursos apropriados para manter a atividade, não havendo a intenção de a cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras



### **2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2018, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

### **2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras, que foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apresentam o património líquido negativo. Neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração concluiu que o HOSPITAL dispõe de recursos apropriados para manter a atividade, não havendo a intenção de a cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Salientamos, contudo, que a atividade do HOSPITAL está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde.

### **2.5 - Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros**

#### **Alterações às normas**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

#### **Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

### **2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo



em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período económico subsequente são as que se seguem:

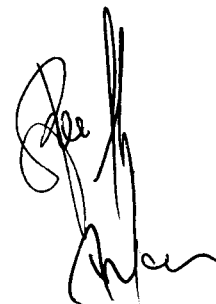
#### **Imparidade dos ativos não correntes**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando que, os ativos fixos tangíveis não foram inventariados e avaliados, e que existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007, e considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do seu valor líquido, se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da Entidade.

#### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores das contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade da probabilidade da sua recuperação, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, nomeadamente, o não reconhecimento pelo grupo de trabalho, da recuperabilidade dos atos médicos prestados aos beneficiários do Sistema Nacional de Saúde, nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, que estabeleceu a gratuidade da prestação de cuidados de saúde e dependente de resolução a determinação das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde.



## **Provisões**

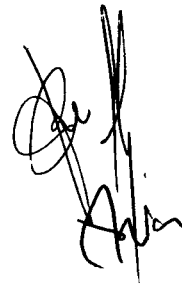
A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### **2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas**

A Entidade não alterou os procedimentos que determinam as estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período corrente ou em períodos futuros.

### **2.8 - Erros materiais de períodos anteriores**

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.



### 3 - Ativos fixos intangíveis

Durante o ano de 2018, os ativos fixos intangíveis os seguintes movimentos:

Custo	Em 31 de Dezembro de 2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Programas de computador e sistemas de informa	-	51.511	-	51.511
	80.321	51.511	-	131.832
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de computador e sistemas de informa	-	6.023	-	6.023
	80.321	6.023	-	86.344
<b>Valor líquido - 2018</b>	-			<b>45.488</b>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



## 5 - Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na rubrica de Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

Custo	Em 31 de Dezembro de 2018			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferencias e abates	
Outros terrenos e outros recursos naturais	4.592.042			4.592.042
Edifícios e outras construções	42.222.436	34.316		42.256.752
Equipamento básico	9.634.215	220.408		9.854.623
Equipamento de transporte	35.380			35.380
Equipamento administrativo	1.758.026	12.111		1.770.137
Outros	265.223	26.215		291.438
Investimentos em curso	81.517	27.926	7.890	109.443
	<b>58.588.839</b>	<b>320.976</b>		<b>58.909.815</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	17.858.573	2.163.166		20.021.739
Equipamento básico	8.757.714	256.209		9.013.923
Equipamento de transporte	35.380	0		35.380
Equipamento administrativo	1.652.150	9.570		1.661.720
Outros ativos fixos tangíveis	189.026	20.914		209.940
	<b>28.492.844</b>	<b>2.449.859</b>		<b>30.942.702</b>
<b>Valor líquido - 2018</b>	<b>30.095.996</b>			<b>27.967.113</b>



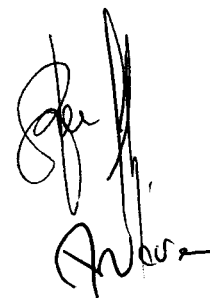
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Em 31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aumentos	Transf. e Abates	Saldo final
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	4.592.042	-	-	4.592.042
Edifícios e outras construções	42.220.012	2.424	-	42.222.436
Equipamento básico	9.216.346	417.868	-	9.634.215
Equipamento de transporte	35.380	-	-	35.380
Ferramentas e utensílios	33.048	10.098	-	43.146
Equipamento administrativo	1.716.763	41.263	-	1.758.026
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	138.296	13.957	-	152.252
Imobilizações em curso	161.757	-	(80.240)	81.517
	<b>58.183.470</b>	<b>485.610</b>	<b>(80.240)</b>	<b>58.588.840</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	15.742.783	2.115.790	-	17.858.573
Equipamento básico	8.425.305	332.410	-	8.757.714
Equipamento de transporte	34.005	1.375	-	35.380
Ferramentas e utensílios	17.110	4.452	-	21.562
Equipamento administrativo	1.579.172	72.979	-	1.652.150
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	88.262	9.378	-	97.640
	<b>25.956.460</b>	<b>2.536.384</b>	-	<b>28.492.844</b>
<b>Valor líquido - 2017</b>	<b>32.227.010</b>			<b>30.095.996</b>



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Ativos em curso é detalhada como se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Remodelação do Laboratório	-	7.890
Remodelação Serviço de Urgencia	44.764	44.764
Remodelação vários serviços	28.863	28.863
Remodelação da Rede Aguas	35.816	-
	<b>109.443</b>	<b>81.517</b>

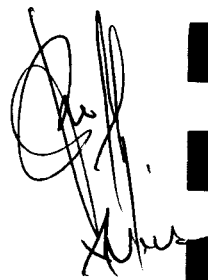
#### Reavaliação dos ativos fixos tangíveis (legislação)

As instalações do HOSPITAL e os terrenos afetos foram reavaliados na data de constituição do Hospital no montante de 25.104.104 euros, por um avaliador independente conforme se indica.

#### Reavaliação dos ativos fixos tangíveis

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e a correspondente reavaliação em 31 de dezembro de 2018, líquidos das amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custo Histórico	Reavaliação	Valor contabilístico
Terrenos e outros recursos naturais	-	4.592.042	4.592.042
Edifícios e outras construções	14.289.140	7.945.872	22.235.013
	<b>14.289.140</b>	<b>12.537.914</b>	<b>26.827.055</b>



### Ativos fixos tangíveis e em curso

Todos os ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade do HOSPITAL, não havendo ativos implantados em propriedade alheia; todavia, os terrenos e os edifícios ainda se encontram registados em nome da Região Autónoma dos Açores.

### 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica dos Financiamentos obtidos é como se segue:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários a medio e longo prazo	6.032.350	2.123.485	8.166.234	3.411.557
Depósitos á ordem (saldos credores)				

As operações de financiamento acima mencionadas referem-se:

- 1) Ao empréstimo de longo prazo, reestruturado em junho de 2015, com o Santander Totta, no montante de 4.793.476 euros, pelo prazo de 7 anos, com um período de carência de capital até dezembro de 2015, reembolsável em 26 prestações trimestrais constantes e sucessivas de capital e juros e uma no final do prazo no montante de 404.821 euros, vencendo-se a primeira prestação em março de 2016. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um "spread" de 5,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



- 2) Ao empréstimo de longo prazo, reestruturado em junho de 2015, com o Santander Totta, no montante de 4.850.598 euros, pelo prazo de 9 anos, com um período de carência de capital até dezembro de 2015, reembolsável em 104 prestações mensais constantes e sucessivas de capital e juros e uma no final do prazo no montante de 270.448 euros, vencendo-se a primeira prestação em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um "spread" de 4,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores;
- 3) Ao empréstimo de longo prazo, celebrado em outubro de 2015, com o Novo Banco dos Açores, no montante de 4.000.000 euros, pelo prazo de 5 anos, reembolsável em prestações trimestrais constantes, iguais e sucessivas de capital e juros, vencendo-se a primeira prestação em abril de 2016. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a doze meses, acrescida de um "spread" de 4,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores.

Os encargos financeiros emergentes dos empréstimos bancários diretamente contratualizados com o HOSPITAL são suportados pela entidade gestora do sistema regional de saúde, que comporta esses encargos no seu orçamento de gastos, baseado no princípio de que a gestão da atividade dos hospitais seja exclusivamente operativa.

O Hospital nunca imputou aos seus ativos fixos tangíveis em curso de construção qualquer montante de gasto financeiro.

Os saldos não correntes dos empréstimos bancários, apresentam o seguinte prazo de vencimento:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*

	31-12-2018		31-12-2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2019			2.296.537	291.388
2020	2.153.926	216.994	2.287.288	200.036
2021	1.299.771	139.719	1441217	118822
2022	1.364.638	75.538	1.056.569	59.265
2023 e seguintes	1.214.015	49.829	1.084.623	34.760
	<b>6.032.350</b>	<b>482.080</b>	<b>8.166.234</b>	<b>704.271</b>

### 10 – Inventários

As existências finais e o custo das matérias consumidas de 2018 e 2017, resultaram do movimento a seguir indicado:

	31-12-2018	31-12-2017
Saldo inicial	1.368.000	1.373.586
Compras do ano	4.907.881	5.059.892
Custo das materias consumidas	-4.695.910	-5.065.478
Saldo Final	1.579.971	1.368.000
Perdas por imparidades acumuladas	-263.886	-239.629
Existencias Finais	<b>1.316.085</b>	<b>1.128.371</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade acumulada:

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Perdas por imparidades em inventários</b>		
Saldo inicial	239.629	239.629
Aumentos	24.257	-
Saldo Final	<b>263.886</b>	<b>239.629</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



As perdas por imparidade de inventários são determinados em função da rotatividade das existências bem como da sua data de validade, no encerramento de cada exercício.

### 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os rendimentos com contraprestação resultaram do seguinte:

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Vendas</b>		
Materias de consumo	16.002	30.158
<b>Prestação de serviços</b>		
Internamento	1.067.174	650.751
Consulta	231.280	256.431
Urgencia	186.854	192.534
Quartos particulares		3.150
Hospital de Dia	21.725	16.444
Meios complementares diagnostico	648.811	575.219
Outras prestações de serviços	182.747	697.759
	<u>2.354.593</u>	<u>2.422.446</u>

*[Handwritten signature]*

#### 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

O detalhe dos subsídios sem condição é como se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Contrato Programa	23.216.420	22.921.484
Avaliação de desempenho do ano anterior	1.185.450	787.516
Deslocação de doentes	600.000	560.000
Fixação Médicos na Região Autónoma dos Açores	-	30.000
Cirurgie	64.357	-
Outros subsidios	-	31.230
Fundo Regional do Emprego	19.008	41.941
	<u>25.085.235</u>	<u>24.372.171</u>

As taxas moderadoras perfazem o montante de 197.235 euros (em 2017 – 200.754 euros)

O Hospital recebeu em 2018, um subsídio no montante de 30.000 euros para a fixação de médicos, mas este foi registado em 2017 aquando da publicação da respetiva portaria.

Em 2018, a deslocação de doentes comportou um gasto de 1.299.096 euros (em 2017, 1.069.527 euros) tendo sido financiada em parte, no montante de 600.000 euros.





### **NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Em 31 de dezembro de 2018, existiam processos judiciais contra o HOSPITAL, havendo diversos pedidos de indemnização de terceiros, no montante aproximado de 230.000 euros, e com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HOSPITAL. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HOSPITAL e no que se refere às instituições do SNS desconhece-se os impactos que resultarão para o Hospital das negociações que se encontram em curso de desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificados quaisquer ativos contingentes.

### **NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato**

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos subsequentes à data de relato que devam ser divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos e passivos financeiros estavam mensurados ao custo amortizado e compreendiam:

#### (a) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos da rubrica de Clientes e Outros devedores podem ser assim representados:

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Clientes , contribuintes e utentes</b>		
Subsistemas de saúde	21.341.317	19.331.386
Serviço Regional de Saúde(Usi's)	318.044	317.954
Companhias de seguros	149.101	108.414
Outros clientes	76.432	88.303
<b>Clientes de cobrança duvidosa</b>	<b>1.030.914</b>	<b>911.345</b>
	<hr/> 22.915.808	<hr/> 20.757.402
<b>Perdas por imparidades acumuladas</b>	<b>-1.030.914</b>	<b>-911.345</b>
	<hr/> <b>21.884.894</b>	<hr/> <b>19.846.057</b>

Existem historicamente enormes condicionalismos na recuperação dos saldos dos subsistemas de saúde público, decorrentes das dificuldades tradicionais que existiam na sua aceitação e validação, que, entretanto, foram agravadas pelo facto de existir uma indefinição sobre a recuperação dos encargos com as prestações de saúde realizadas aos beneficiários da ADSE que passaram a ser suportadas diretamente pelo Sistema Nacional de Saúde.



Os saldos devedores que apresentavam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes e utentes de cobrança duvidosa e sujeitos a perdas por imparidade do mesmo montante.

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Clientes de cobrança duvidosa</b>		
Companhia de seguros	432.984	382.542
Outros clientes	597.930	528.803
	<u>1.030.914</u>	<u>911.345</u>

Acresce, no entanto, que este reconhecimento não comporta a totalidade dos saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde, sobre os quais existem alguns condicionalismos na sua integral recuperação, decorrentes das dificuldades tradicionais que existiam na sua aceitação e validação, que entretanto foram agravadas pelo facto de existir uma indefinição sobre a recuperação dos encargos com as prestações de saúde realizadas aos beneficiários da ADSE que passaram a ser suportadas diretamente pelo Sistema Nacional de Saúde. Sublinhe-se que ainda não foram apurados os resultados sobre o montante a recuperar (a determinar pelo grupo de trabalho) dos encargos com os atos médicos, que ascendem a 20.927.808 euros, prestados aos beneficiários do Sistema Nacional de Saúde.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Perdas por imparidade acumulada:

  
 [Signature]

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Perdas por imparidade acumulada de clientes</b>		
Saldo inicial	911.345	790.409
Aumentos	119.569	120.936
<b>Saldo Final</b>	<b>1.030.914</b>	<b>911.345</b>

**(b) Outras contas a receber**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de outras contas a receber resume-se como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Outras contas a receber</b>		
Acrescimos de rendimentos	297.254	694.935
Adiantamentos a fornecedores	- 37.050	- 1.237
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a doentes	-	-
Serviço Regional de Saúde	-	-
Outros devedores	-	1.358
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-
	- 334.304	- 697.530

O montante de 297.254 euros registado em devedores por acréscimos corresponde à estimativa dos atos clínicos prestados e ainda não faturados à data de 31 de dezembro de 2018:

Taxas moderadoras:	27.043 €
Subsidio de mobilidade:	55.176 €
Subsistemas Públicos:	146.496 €
Usi's :	48.632 €
Responsabilidade por apurar:	19.907 €



O valor de 146.496 euros, por faturar aos subsistemas públicos, referentes aos anos de 2017 e 2018, deve-se ao facto da tabela de codificação de episódios no ambulatório médico estar a ser revista.

O valor de 48.632 euros, por faturar às Usi's, diz respeito a um atraso por razões administrativas na conferência de requisições de exames e análises solicitadas.

**(c) Diferimentos**

O Hospital da Horta regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Engloba (no Ativo) as rendas, contratos e seguros pagos antecipadamente. Em 2018, esta rubrica totalizou 92.755,58 euros.

**(d) Fornecedores e outras contas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:



	31-12-2018	31-12-2017
<b>Fornecedores</b>		
Serviço Regional de Saúde		201.386
Instituições Financeiras-juros		-
Outros fornecedores c/c	<u>10.772.530</u>	<u>10.284.824</u>
	10.772.530	10.486.210
<b>Fornecedores de imobilizado</b>	<u>116.173</u>	<u>164.173</u>
	<u>10.888.703</u>	<u>10.650.383</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Adiantamentos de clientes	1.158	1.158
Pessoal	79.270	8.669
Sindicatos	-	2.448
Reembolsos a utentes	-	12.922
Fundos alheios	-	2.858
Cessao de creditos	-	5.650.554
Serviço Regional de Saúde	-	1.299.981
Saudaço - Financiamentos Bancários	56.770.673	39.761.346
Saudaço - Adiantamentos	4.588.937	8.491.940
Cauções de fornecedores	167.971	169.672
Clientes - saldos credores	-	-
Outros credores	5.313	188
Remunerações a liquidar:		
Férias	646.063	670.000
Subsidio de férias	640.000	640.000
Horas extraordinarias	541.692	510.000
Noites e suplementos	54.375	40.000
Encargos sobre remunerações	450.381	433.120
Outras remunerações a liquidar	832.504	832.504
Outro acrescimo de custos	40.000	47.604
	<u>64.818.336</u>	<u>58.574.964</u>

O saldo do período anterior foi assim classificado no balanço:

<b>Não corrente</b>	<b>4.183.844</b>
<b>Corrente</b>	<b>54.391.121</b>
<b>Total</b>	<b><u>58.574.964</u></b>

Nas rubricas de fornecedores e outras contas a pagar estão registados serviços prestados nos termos dos acordos existentes com o setor público, designadamente hospitais e unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde, ainda não liquidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.




Nos termos da Lei n.º 20/2016, de 15 de julho fica estabelecido a gratuidade da prestação de cuidados de saúde, estando dependente de resolução a determinação das dívidas existentes nessa data entre os dois sistemas de saúde, a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde.

O HOSPITAL considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos e, nesta conformidade, anulou em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, os encargos que lhe sido exigidos pelas entidades do Sistema Nacional de Saúde não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A entidade gestora do sistema de saúde, Saudaçor SA, tem reestruturado o financiamento do Sistema Regional de Saúde, desde 2015, que entre outras ações, compreende a assunção de alguns financiamentos bancários que tinham sido contratados diretamente pelo Hospital, bem como a concessão de adiantamentos para compensação de eventuais necessidades financeiras, classificados no balanço como uma exigibilidade a curto prazo. Em 2018, o valor destes movimentos ascendeu a 13.129.630 euros.

O Hospital liquidou em 2018, o valor em dívida no montante de 5.650.554 euros referente à Cessão de créditos respeitante às responsabilidades liquidadas pelo *Novo Banco* aos fornecedores de bens e serviços

Na rubrica de Cauções estão registadas as verbas retidas para caucionamento de garantias prestadas no âmbito de fornecimentos de medicamentos e outros serviços.



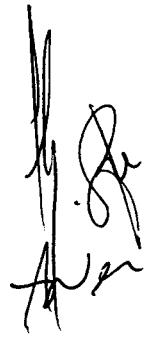
A rubrica de outras remunerações a liquidar, no montante de 832.504 euros, refere-se à estimativa das remunerações relativas aos acréscimos remuneratórios do pessoal de enfermagem que dizem respeito a anos anteriores e que serão liquidados nos anos subsequentes, no montante previsível de 348.241 euros, e o montante de 484.263 euros, para as remunerações relativas ao trabalho extraordinário do pessoal médico, que ainda não tinham sido processadas e liquidadas à data de 31 de dezembro de 2017.

**(e) Estado e outros entes públicos**

Os saldos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 com o Estado e outros entes públicos resumem-se como segue:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto Sobre rendimento</b>				
Pagamento especiais por conta	99.811	-	121.358	-
		-		
<b>Retenções de imposto sobre rendimento</b>				
Trabalho dependente	-	211.940	-	201.173
Rendimentos profissionais	-	5.051	-	5.070
Outros rendimentos	-	-	-	-
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
IVA a pagar	-	2.661	-	1.435
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>				
Adse	-	13.664	-	14.032
Caixa Geral de Aposentações	-	181.386	-	192.483
Segurança Social	-	167.642	-	153.077
Outros retenções	-	41	-	-
	<b>99.811</b>	<b>582.385</b>	<b>121.358</b>	<b>567.271</b>





Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20% (correspondendo atualmente a uma taxa efetiva de 16,8%). Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, o HOSPITAL está sujeita à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social).

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que o prejuízo fiscal apurado neste exercício seja recuperável durante o período previsto na legislação fiscal.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:



Ano de Geração	31-12-2018	31-12-2017	Ano de Reporte
2013	-	31.379	
2014	36.778	36.778	2020
2015	34.978	34.978	2021
2016	18.403	18.403	2022
2018	4.837	-	2024
	<u>94.996</u>	<u>121.538</u>	

Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido perda de 31.379 euros, referente a pagamentos especiais por conta realizados em 2013 e que já não podem ser recuperados. A recuperação dos montantes pagos está dependente de lucros fiscais futuros que caso não ocorram serão considerados gastos de períodos futuros.

**f) Património**

O património social inicial da Hospital foi dotado, na data da sua constituição em 2007, de uma verba de 33.300.000 euros, sendo este capital detido pela Região Autónoma dos Açores e pode ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e saúde.

Os resultados transitados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tiveram o seguinte movimento no ano:

	2018	2017
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo Inicial	-74.711.257	-71.012.507
Prejuizos do ano	-2.067.815	-3.698.750
Saldo final	<u>-76.779.072</u>	<u>-74.711.257</u>



O movimento ocorrido durante o ano na rubrica outras variações no património líquido resume-se do seguinte modo:


	31-12-2018	31-12-2017
<b>Subsídios ao investimento</b>		
Saldo Inicial	12.097.860	13.005.353
Subsídios atribuídos no ano	94.400	-
Imputação aos Resultados do ano	-781.697	-907.493
Saldo Final	<u>11.410.563</u>	<u>12.097.860</u>

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos, para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados, no património líquido e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados.

O HOSPITAL pode fazer as reservas julgadas necessárias, sem prejuízo da obrigação da constituição da reserva legal e da reserva para investimentos, não podendo o reforço da reserva legal ser inferior a uma percentagem inferior a 20% dos resultados anualmente apurados. Esta reserva poderá ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos de exercício.

A reserva de investimento poderá também ser constituída/reforçada com receitas provenientes de participações, dotações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras que sejam destinadas para este fim.

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em 26 de junho de 2018 pelo despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional da Saúde, nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.



**NOTA 19 – Benefício dos empregados**

Como referido na Nota 2.1 (i) deste anexo, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.

O movimento ocorrido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, na rubrica de Provisões para riscos e encargos com pensões resume-se como segue:

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Provisões para riscos e encargos - pensões</b>		
<b>Saldo inicial</b>	2.155.218	2.397.961
<b>Aumentos</b>	-	-
<b>Reduções</b>	-76.403	-242.743
<b>Pensões pagas no ano</b>	-	-
<b>Saldo Final</b>	<u>2.078.815</u>	<u>2.155.218</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



As responsabilidades com o pagamento das referidas pensões são estimadas anualmente pelo Hospital com base nos encargos realmente suportados.

Anualmente são revistos os pressupostos que servem de base para a provisão para riscos e encargos com pensões. Em 31 de dezembro de 2018, foi reduzida esta provisão, no montante de 76.403 euros, tendo por base a esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal de homens e mulheres, relativas ao período 2015-2017, que integram os indicadores relativos à esperança de vida do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os pagamentos do ano foram diretamente contabilizados na rubrica de Custos com pessoal, no montante de 145.457 euros (em 2017 – 165.404 euros).



## NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

### 20.1 - Listagem de entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, existiam as seguintes entidades relacionadas:

Designação	NIF	Sede	Natureza do relacionamento
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	512047855	Palácio da Conceição - Rua 16 de Fevereiro – 9504-509 Ponta Delgada	Entidade controladora final
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE	600083756	Solar dos Remédios – 9701-855 Angra do Heroísmo	Entidade controladora imediata
SAUDAÇOR, S.A.	512078653	Canada dos Melancólicos – 9701-878 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO	672000431	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro s/n – 9500-119 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPER	512105030	Canada do Breado ao Farroco - Santa Luzia – 9700-049 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DIVINO ESPIRITO	512103097	Grotinha 9500-370 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	510161502	Avenida de Santa Maria – 9580-501 Vila do Porto	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	510148921	Grotinha, Arrifes, nº 1 – 9500-354 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA	510170811	Canada dos Melancólicos – 9701-869 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	509871070	Rua Eng. Manuel Rodrigues Miranda – 9880-376 Santa Cruz da Graciosa	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	510183085	Vista Alegre - Matriz – 9901-853 Horta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	512100640	Relvinha – 9850-076 Calheta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	512084726	Largo Edmundo Machado Ávila – 9630-126 Lajes do Pico	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	510167098	Rua do Hospital – 9970-303 Santa Cruz das Flores	Entidade sob controlo comum



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO CORVO	510189881	Avenida Nova – 9980-039 Corvo	Entidade sob controlo comum
CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES	672002027	Rua da Rocha, nº 38 – 9700-169 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum

## 20.2 - Transações e saldos com partes relacionadas

As transações que ocorreram no período de 2018, por natureza de transações, foram:

Entidade relacionada	Transação		% no total de transações
	Tipo	Quantia	
Secretaria Regional da Saude	Transferencias correntes - portarias de exploração	664.357	2,64%
Secretaria Regional da Saude	Transferencias correntes - portarias de investimento	94.400	0,37%
Saudaçor	Transferencias correntes - contrato programa	24.401.870	96,91%
Fundo Regional do Emprego	Transferencias correntes - PIE	19.008	0,08%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos com partes relacionadas são apresentados conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
<b>Cientes</b>		
Hospital Divino Espirito Santo	11.150	1.212
Hospital Santo Espirito	44.409	44.109
US GRACIOSA	7	2
US S.JORGE	71.445	86.224
US FAIAL	172.648	157.962
US FLORES	505	27.482
US CORVO	1.079	405
US TERCEIRA	293	0
US PICO	16.201	0
US SÃO MIGUEL	306	0
	<u>318.044</u>	<u>317.396</u>
<b>Fornecedores</b>		
Hospital Divino Espirito Santo	182.763	169.391
Hospital Santo Espirito	27.491	9.005
US GRACIOSA	377	377
US S.JORGE	6.798	6.798
US FAIAL	0	962.310
US FLORES	0	9.658
US CORVO	458	458
US TERCEIRA	0	504
US PICO	223.865	345.122
	<u>441.752</u>	<u>1.503.623</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Saudaço, SA	<u>61.359.609</u>	<u>48.253.286</u>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



*[Handwritten signature]*  
A. J. R.

## 20.6 - Pessoas chave da gestão

Os órgãos sociais da Hospital têm a seguinte composição:

### Conselho de Administração

Nome	Cargo
João Luis da Rosa Morais	Presidente
Rui Manuel Cabral Suzano	Diretor Clínico Vogal
Maria Ajuda Neves	Enfermeiro Diretor Vogal

### Fiscal Único

Nome	
UHY & Associados, SROC Lda.	Efetivo
A. Jacinto e Pereira da Silva, SROC	Suplente

### Conselho Consultivo

Nome

Conforme o estipulado no artigo 18 da lei 2/2007/A de 24 de Janeiro e no Regulamento Interno do Hospital da Horta, EPER homologado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde a 1 de Outubro de 2013.

Os gastos com remunerações dos Órgãos Sociais foram:

	31-12-2018	31-12-2017
Conselho de Administração	232.087	232.913
Fiscal Único	10.500	10.500



## NOTA 23 - Outras divulgações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentamos as seguintes divulgações relevantes:

### a) Fornecimentos e serviços externos

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Subcontratos</b>		
Deslocação de doentes	1.299.096	1.069.527
Assistencia Ambulatoria	1.043.591	1.048.169
Trabalhos executados no exterior	1.077.499	772.966
Meios complementares diagnostico	373.145	339.985
Internamentos	151.687	157.340
Produtos vendidos por farmacias	-	34.752
Meios complementares de terapeutica	182.513	18.654
Outros subcontratos	72.376	-
<b>Fornecimentos e serviços</b>		
Trabalhos especializados	341.945	434.090
Honorarios	577.766	430.974
Conservação e reparação	431.973	428.391
Eletricidade	332.645	326.059
Limepza , higiene e conforto	106.436	211.412
Combustiveis	177.436	166.041
Deslocações e estadas	148.229	147.408
Transportes de mercadorias	54.362	56.007
Comunicação	56.317	48.365
Rendas e alugueres	56.780	47.409
Agua	30.908	42.771
Vigilancia e Segurança	41.324	40.741
Livros e documentação tecnica	1.199	608
Outros fornecimentos e serviços	48.904	111.854
	<u>6.606.131</u>	<u>5.933.525</u>



O aumento de custos nestas rubricas em 2018 devem-se essencialmente à nova portaria da deslocação de doentes, custos com os tratamentos de doentes com fisioterapia e radioterapia e ainda o recurso a pessoal externo para fazer face a necessidades urgentes (honorários).

#### b) Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos órgãos sociais	232.087	232.913
Remuneração base		
Pessoal Medico	2.187.147	2.158.871
Pessoal de Enfermagem	2.798.760	2.795.856
Pessoal Técnico de diagnóstico e terapeutica	665.694	655.735
Pessoal Assistente Técnico	760.348	776.369
Pessoal Assistente Operacional	1.533.533	1.613.270
Outro pessoal	679.639	695.144
Horas extraordinarias e suplementos		
Pessoal Medico	2.553.906	2.698.602
Pessoal de Enfermagem	676.350	549.593
Pessoal Técnico de diagnóstico e terapeutica	165.477	136.721
Pessoal Assistente Técnico	8.730	6.294
Pessoal Assistente Operacional	170.612	142.975
Outro pessoal	168.063	153.130
Subsidio de refeição	454.426	447.677
Outros suplementos	172.889	130.969
Prémios para pensões	145.457	165.404
Encargo sobre remunerações	3.010.607	2.987.960
Seguros de acidentes de trabalho	39.209	28.328
Bolsas	42.000	47.250
Outros custos com pessoal	441.113	253.350
	<b>16.906.045</b>	<b>16.676.410</b>

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Em 2018 e 2017, o número médio de trabalhadores é detalhado conforme se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Medicos	41	38
Enfermeiros	155	155
Outro pessoal	286	292
	<u>482</u>	<u>485</u>

**a) Outros rendimentos**

A composição desta rubrica era, como se indica abaixo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Correções relativas a exercicios anteriores	9.496	59.184
Imputação subsidios para investimento	781.697	907.493
Outros rendimentos	124.531	82.701
	<u>915.724</u>	<u>1.049.378</u>

**b) Outros gastos e perdas**

A composição desta rubrica era, como se indica abaixo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



	2018	2017
<b>Gastos e perdas</b>		
Divdias incobráveis	-	2.284
Multas e penalidades	-	3.394
Correções relativas a exercícios anteriores	-	927
Outros custos e perdas extraordinários	10	205
Insuficiência para estimativa de IRC	31.533	-
Outros operacionais	-	73
	<b>31.543</b>	<b>6.883</b>

Como referido anteriormente na nota 18. c), os pagamentos especiais por conta são considerados gastos no ano em que se esgota o seu reporte, desde que não haja lucros tributáveis para os absorver.

**c) Juros e gastos similares**

A composição desta rubrica era, como se indica abaixo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31-12-2018	31-12-2017
<b>Juros e gastos similares</b>		
Juros de Mora	87.996	32.076
Outros custos e perdas financeiras	35	4.296
	<b>88.031</b>	<b>36.372</b>

Os juros de mora debitados pelos fornecedores e outros credores, regra geral, são reconhecidos quando liquidados, quando exigidos nessa data.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O CONTABILISTA  
CERTIFICADO

*Pedro Taveira*

O CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

*Maria do Funchal*

**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

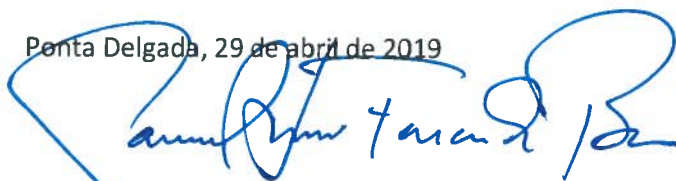
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. A Entidade encontra-se numa posição que exige que sejam concretizadas medidas exigidas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais ou outras de natureza diversa que possam repor os capitais próprios que se encontram negativos em 31 dezembro de 2018 e, desta forma, minorar o risco operacional e de liquidez que deriva do desequilíbrio financeiro e orçamental existente nessa data.
5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são os constantes no anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 29 de abril de 2019



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

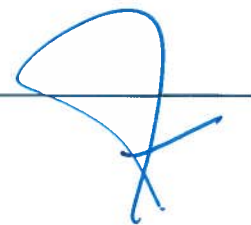
#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 52.057.322 euros e um total de fundos próprios negativos de 34.466.789 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.298.178 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 7 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

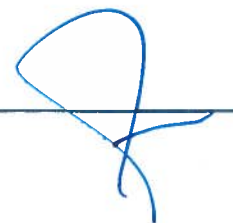
#### Bases para a opinião com reservas

1. Em 2008 foi efetuado um levantamento documental e contabilístico que visou obter a concordância entre os registos contabilísticos dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos e edifícios que foram objeto de avaliação livre em 2007) e os dados do cadastro constantes na aplicação de gestão desses ativos e adequar as depreciações ao período de vida útil esperado. Até à presente data, não foi realizada a sua comprovação através de uma inventariação justificativa da sua existência, pelo que não podemos ajuizar sobre os eventuais ajustamentos no valor líquido desses ativos que poderiam resultar se a conciliação tivesse sido completada.
2. As perdas por imparidade acumuladas das dívidas a receber no montante de 1.030.914 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos devedores que potenciam riscos de cobrabilidade. Esta avaliação da Entidade não comporta os saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde, que ascendiam a 21.341.317 euros em 31 de dezembro de 2018 (Nota 18.a). Existem historicamente enormes condicionalismos na integral recuperação desses saldos decorrentes de dificuldades tradicionais que existem na sua aceitação e validação e, como mencionado no número 3 abaixo desta secção, existe também a incerteza sobre o montante a recuperar dos encargos com os atos médicos prestados aos beneficiários do Sistema Nacional de



Saúde a determinar pelo grupo de trabalho. Nestas circunstâncias, não é praticável quantificar os prejuízos que poderão advir da não cobrança das dívidas expressas nas demonstrações financeiras que venham a não ser reconhecidas pelas entidades devedoras ou pelo grupo de trabalho.

3. A Entidade considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos, no cumprimento do princípio da reciprocidade, porque estes atos não são cobrados aos do Serviço Nacional de Saúde, tendo anulado em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, esses encargos não têm sido reconhecidos na demonstração dos resultados. Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, fica estabelecido a gratuidade da prestação de cuidados de saúde e dependente de resolução a determinação das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde e, nestas circunstâncias, não podemos concluir quanto aos seus efeitos, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
4. Os saldos em dívida aos fornecedores, em algumas situações, encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nos planos de pagamentos contratualmente estabelecidos. Não obstante das negociações com alguns fornecedores terem resultado no perdão ou na redução dos juros de mora devidos, não nos foi possível determinar os encargos financeiros que deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras em referência a 31 de dezembro de 2018.
5. Em relação aos seus trabalhadores com vínculo jurídico de emprego público, a Entidade suporta, na quota-parte correspondente à parcela da antiguidade não abrangida por descontos antes da sua integração no regime de função pública, as pensões de reforma e sobrevivência que foram e venham a ser determinadas pela Caixa Geral de Aposentações. A inexistência de um estudo atuarial impede-nos de avaliar a responsabilidade que a Entidade tinha com os complementos de pensões de reforma e de sobrevivência a pagar aos seus pensionistas e aos seus empregados no ativo em 31 de dezembro de 2018, existindo para este efeito o reconhecimento de uma responsabilidade para encargos com pensões de 2.078.815 euros (Nota 19). As pensões pagas a este respeito durante o ano, no montante de 145.457 euros (em 2017 – 165.404 euros), foram imputadas à rubrica de Gastos com Pessoal (Nota 23.b).
6. A Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.
7. A Entidade não procedeu em 2007 à valorização das suas instalações de acordo com os critérios valorimétricos estabelecidos no relatório da avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2007. Em conformidade com os critérios e os pressupostos dessa avaliação, que serviu de suporte à escrituração do capital estatutário da Entidade, consideramos que o saldo líquido da rubrica de Edifícios e outras construções está sobrevalorizado em 2.160.021 euros, beneficiando nesta



extensão os capitais próprios em 31 de dezembro de 2018 e, por este facto, as amortizações do exercício estão sobrestimadas em 270.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

As demonstrações financeiras da Entidade preparadas em referência a 31 de dezembro de 2018 no pressuposto da continuidade das operações apresentam capitais próprios negativos de 34.466.789 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.298.178 euros, sendo-lhe, por isso, aplicável as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. A capacidade da Entidade operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial necessário para proceder à liquidação dos passivos financeiros nos prazos normais contratados. Como indicado na nota 1 do anexo, o financiamento para o ano de 2018 contratualizado com a Secretaria Regional da Saúde, através do contrato-programa para o triénio de 2016 – 2018, foi de 24.401.870 euros, incluindo o prémio de desempenho do ano anterior, no montante de 1.185.450 euros. Adicionalmente, a entidade gestora do sistema regional suportou a totalidade das prestações de capital e encargos financeiros decorrentes do serviço da dívida remunerada, nomeadamente os relacionados com o endividamento bancário que continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da entidade contraente (Nota 7) e disponibilizou fundos financeiros no montante acumulado de 61.359.610 euros (em 2017 - 48.253.286 euros - Nota 18.d).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Ênfase**

Na Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, com data de 26 de abril de 2018, emitimos duas reservas por limitação de âmbito que consideramos entretanto resolvidas, sendo uma relacionada com o reconhecimento de um rendimento de 694.935 euros correspondente à faturação estimada e por emitir de serviços médicos prestados até 31 de dezembro de 2017 que não nos era possível aferir sobre a sua razoabilidade e outra por estar previsto a atribuição de um prémio de desempenho que foi apenas reconhecido em 2018, no montante de 1.185.450 euros, não



estando prevista nenhuma atribuição adicional a este respeito para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 39.644.966 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 39.616.688 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

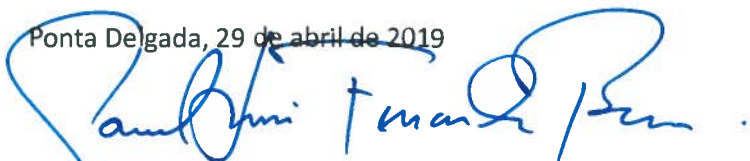
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto que não nos foi apresentada a conciliação com as contas patrimoniais em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 e, como referido na secção “Incertezas material relacionada com a continuidade”, não foi possível alcançar um saldo nulo na execução do orçamento.

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 29 de abril de 2019



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)